

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

**FLÁVIA MARIA RODRIGUES DIAS**

**AS CONSEQUÊNCIAS DO RACISMO E DO SEXISMO À SAÚDE PSÍQUICA DAS  
MULHERES NEGRAS NO CONTEXTO BRASILEIRO**

**MACEIÓ  
2022**

**FLÁVIA MARIA RODRIGUES DIAS**

**AS CONSEQUÊNCIAS DO RACISMO E DO SEXISMO À SAÚDE PSÍQUICA DAS  
MULHERES NEGRAS NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado à Faculdade de Serviço Social (FSSO)  
da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) como  
requisito para obtenção do grau de Bacharela em  
Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Roseane Ferreira  
Rosalino Duarte.

**MACEIÓ  
2022**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharelem Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).**

*Aluna concluinte*

Aluna concluinte

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 18/07/2022

Título: AS CONSEQUÊNCIAS DO RACISMO E DO SEXISMO À SAÚDE PSÍQUICA DAS MULHERES NEGRAS

Conceito: Aprovado

Banca Examinadora:

*Roseane*  
Roseane Ferreira Rosalino Duarte

Professora orientadora

*Antônio*

Examinadora 1

*Fernanda*  
Fernanda Fereira da Silva

Examinadora 2

*Antônio*  
Antônio Jorge Bea Matos  
Assistente em Administração  
FSSO/UFAL  
SIAPE: 2412249

Coordenação de Trabalho de Conclusão de  
Curso

Às mulheres que viveram e vivem na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Às minhas ancestrais, às que me acompanham nessa jornada e às que virão.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos amigos e familiares que me acompanharam em toda a trajetória acadêmica, sempre acreditando em mim – em especial à minha mãe e à minha avó, que me forneceram incentivo e condições materiais para chegar até aqui.

Às minhas irmã e sobrinha, pela inspiração cotidiana.

À turma de Serviço Social 2016.1 da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com quem dividi momentos de angústia e alegria dentro e fora dos muros da Universidade – em especial à minha dupla de (quase) todos os eventos e trabalhos acadêmicos, Larissa Anarely.

Agradeço também às professoras do curso de Serviço Social da UFAL, que tiveram papel fundamental para que eu me tornasse a pessoa e a futura profissional dedicada que busco ser.

Ao grupo de pesquisa Frida Kahlo e ao Movimento Estudantil, por cada debate e pelo fortalecimento das teorias necessárias à prática, pela acolhida e por me fazer sentir mais próxima da academia.

*Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades.*

– Neusa Santos Sousa

## RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido a partir do método crítico-dialético, adotando as pesquisas de cunho descritivo, documental e bibliográfica, apresentando as inter-relações do racismo, sexismo e saúde mental para compreender as relações contraditórias e o lugar destinados às mulheres negras na nossa sociedade; busca ainda aprofundar a análise do racismo e do sexismo em detrimento à saúde psíquica dessas mulheres. Por meio de pesquisas sobre as relações de gênero e raça no Brasil, foi possível traçar um perfil das mulheres negras no país, o acesso à saúde e a complementaridade entre as condições sociais, físicas e mentais. Como resultado, verificou-se que mulheres negras são as mais propensas ao desenvolvimento de Transtornos Mentais Comuns (TMC) e outras doenças e o quão profundas são as raízes dessa desigualdade no sistema capitalista, sendo ele, por sua natureza, impossível de aniquilar as disparidades que gera.

**Palavras-Chaves:** Racismo. Sexismo. Saúde Mental.

## **ABSTRACT**

This work was developed from the critical dialectical method and from a descriptive, documentary and bibliographic research that present the interrelationships of racism, sexism and mental health, seeking to understand the contradictory relationships and the place destined for black women in our society, as well as deepen the analysis of racism and sexism to the detriment of these women's psychic health. Through research on gender and race relations in Brazil, it was possible to draw a profile of black women in the country, access to health and the complementarity between social, physical and mental conditions. As a result, it was found that black women are the most prone to the development of common mental disorders (CMDs) and other diseases and how deep the roots of this inequality are in the capitalist system, which, by its nature, is impossible to annihilate the disparities that generate.

**Key words:** Racism. Sexism. Mental health.

## LISTA DE SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
HIV	Vírus da imunodeficiência humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSPIR	Instituto Sindical interamericano pela igualdade racial
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero, <i>Queer</i> , Intersexo, Assexuais e mais
MM	Movimento Universal
MN	Movimento negro
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PNSIPN	Política de Saúde Integral da População Negra
SCAALA	Mudanças sociais, Asma e Alergia na América Latina
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SINASC	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
SUS	Sistema Único de Saúde
TMC	Transtornos Mentais Comuns
TMD	teoria marxista da dependência
UNSD	<i>United Nations Statistics Division</i>

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1 – Pobreza, distribuição e desigualdade de renda - renda média da população segundo sexo e cor/ raça - Brasil (2009).....</b>	<b>16</b>
<b>FIGURA 2 – Prevalência de transtornos mentais comuns, segundo raça/ cor .....</b>	<b>58</b>
<b>GRÁFICO 1 – Distribuição de mulheres, segundo a raça/cor – Brasil (2009) .....</b>	<b>49</b>
<b>GRÁFICO 2 – Distribuição da população por sexo e cor/raça, segundo a situação de pobreza definida com base no Programa Brasil Sem Miséria – Brasil (2009) .....</b>	<b>51</b>
<b>GRÁFICO 3 – Mortalidade proporcional por idade segundo Raça. Brasil, 2001 .....</b>	<b>60</b>
<b>GRÁFICO 4 – Taxas de mortalidade segundo raça, cinco primeiras causas. Homens, 15-29 anos de idade. Brasil, 2000 .....</b>	<b>61</b>
<b>GRÁFICO 5 – Taxas de mortalidade segundo raça, cinco primeiras causas. Mulheres, 15-29 anos de idade. Brasil, 2000 .....</b>	<b>62</b>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>DESCORTINANDO O RACISMO E O PATRIARCADO: “ATÉ QUANDO BRASIL COLÔNIA?” (ORIENTE)</b> .....	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>A formação sócio-histórica do Brasil e o imaginário social brasileiro</b> .....	<b>18</b>
<b>2.2</b>	<b>Mulheres: patriarcado e relações raciais</b> .....	<b>26</b>
<b>3</b>	<b>FEMINISMO UNIVERSAL?</b> .....	<b>33</b>
<b>3.1</b>	<b>Mulheres negras e Movimento Feminista: “carrego a pele de quem tem que se importar com cor”</b> .....	<b>43</b>
<b>3.2</b>	<b>Mais do que números: o perfil das mulheres negras no Brasil</b> .....	<b>48</b>
<b>4</b>	<b>SAÚDE MENTAL E CONSERVADORISMO</b> .....	<b>52</b>
<b>4.1</b>	<b>Saúde, racismo e gênero: as interferências do racismo e sexismo à saúde mental das mulheres negras</b> .....	<b>56</b>
<b>4.2</b>	<b>Saúde mental, políticas públicas e o Princípio da Equidade: “não fecha a conta, a cota é pouca e o corte é fundo” (Xênia França)</b> .....	<b>63</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>68</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>69</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Racismo, patriarcado e capitalismo formam uma categoria unitária e indissociável; aqui analisaremos a constituição histórica do capitalismo e como o racismo, o patriarcado e o sexismo se configuram e são indispensáveis nas relações sociais e desiguais deste sistema. Ao longo da história e nos diferentes países do mundo, a vida das mulheres negras vem sendo marcada principalmente por dois fatores: a cor da pele e a construção social do que é ser mulher. Nossa sociedade foi se constituindo sobre bases racistas e patriarcais que determinaram a condição de vida dessas mulheres na contemporaneidade, conservando, sobretudo, a essência de tais bases. Além disso, mulheres negras estão na linha de frente, ocupando a posição de maior vulnerabilidade social. Seguimos sob uma relação contraditória em que estas, apesar de maioria constitutiva no Brasil, continuam sendo tratadas enquanto minoria pela falta de representatividade em diversos espaços privilegiados da nossa sociedade. Frente a essa realidade, as mulheres negras se encontram em um frequente processo de adoecimento, destacando-se dentre uma das principais parcelas da população a desenvolver os chamados Transtornos Mentais Comuns (TMC).

Cada capítulo encontra-se dividido em três tópicos, no primeiro capítulo buscou-se apresentar um panorama geral da construção histórica do Brasil a partir da colonização e sua condição de país dependente, que se mantém até os dias atuais — sustentada numa falsa democracia. Para tanto, alguns autores essenciais para construção foram Ortegal (2018) e Cisne e Santos (2018), que também foram referências para explicar a condição de capitalismo dependente e a inter-relação com o racismo e o sexismo; também considerou-se as contribuições de Silvio Almeida (2018), com o livro *Racismo Estrutural*; de Lélia Gonzalez (1984), com o artigo *Racismo e Sexismo*; e de Angela Davis (2016), com *Mulheres, Raça e Classe*, entre outros autores que embasarão as discussões dos capítulos seguintes.

O segundo capítulo traz de forma mais específica a condição de gênero, como a mulher negra está situada nas relações com as mulheres brancas, no movimento “feminista universal” (construção de gênero semelhante, diferentes raças) e com os homens negros do movimento negro (mesma raça, condição de gênero distinta). Também são apresentados dados que especificam na nossa realidade como os condicionantes de raça e gênero e outros marcadores sociais (classe, orientação sexual) podem impactar a condição de vida digna dessas mulheres, suas saúdes física e mental, em consequência desses fatores.

O último capítulo, portanto, trata da perspectiva de saúde mental no capitalismo, além de especificar como as relações nesse íterim interferem na saúde física e mental das mulheres negras. São relatadas algumas das principais doenças de acordo com gênero, raça e perspectiva de vida demonstrados nos dados Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011), como também as políticas e algumas formas de diminuição das barreiras criadas pelo racismo e o sexismos dentro do Sistema único de Saúde (SUS).

## 2 DESCORTINANDO O RACISMO E O PATRIARCADO: “ATÉ QUANDO BRASIL COLÔNIA?” (ORIENTE)

Racismo, patriarcado e sexismo são indispensáveis nas relações sociais e desiguais do sistema capitalista e essas desigualdades são ainda mais intensificadas em países considerados periféricos, de capitalismo dependente, como é o caso do Brasil.

[...] Basta uma análise um pouco mais atenta sobre a formação sócio-histórica e econômica da sociedade brasileira para identificarmos que três sistemas se fundiram em um único: o sistema heteropatriarcal-racista-capitalista. Mais que isso, essa fusão foi e é absolutamente funcional para a produção e reprodução do capital, uma vez que no patriarcado e no racismo encontramos bases para o entendimento da exploração intensificada da força de trabalho, condição central para a reprodução das situações concretas da exploração e das múltiplas opressões (CISNE; SANTOS, 2018; p. 25).

Ortegal (2018), no artigo *Relações raciais no Brasil: Colonialidade, dependência e diáspora*, relata a incoerência em afirmar que o racismo seria apenas produzido pelas desigualdades sociais da sociedade de classes. Mostra-se relevante para entender a relação da formação do Brasil, assim como a de outros países da América Latina, a compreensão das diferenças entre a construção dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos e suas razões, inclusive considerando as dificuldades de teorias positivistas e mesmo críticas no tocante a estas divergências e particularidades evidenciadas na *teoria marxista da dependência*<sup>1</sup> (TMD). Em um sistema no qual se produz além do necessário para as condições mínimas de subsistência dos seres humanos, significa também falar de como “[...] o desenvolvimento econômico de um país se inscreve sob o influxo do subdesenvolvimento de outro país” (SANTOS NETO, 2015, p. 75).

Referente à relação de dependência entre colonizados e colonizadores na era moderna, podemos citar a interpretação de Maceno (2015) em *Capital e trabalho na formação sócio-econômica do Brasil*<sup>2</sup>, tendo como referência os escritos de Marx:

<sup>1</sup> A Teoria Marxista da Dependência surge num momento de intensas lutas de classe, no Brasil e na América Latina, que vão desembocar nos golpes militares por todo o continente. Ela se defronta com o “Nacional Desenvolvimentismo” da CEPAL e com a estratégia da “etapa democrático-burguesa” defendida pelos Partidos Comunistas, que em comum privilegiava a aliança com a “burguesia nacional”, grupo este que seria o portador da construção de um desenvolvimento capitalista autônomo capaz de enfrentar o imperialismo norte-americano. (CRUZ, 2018, p.12).

<sup>2</sup> SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

[...] A “sociedade atual” é a sociedade capitalista, que, em todos os países civilizados, existe mais ou menos livre dos elementos medievais, mais ou menos modificada pelo desenvolvimento histórico particular de cada país, mais ou menos desenvolvida. [...] “O Estado atual” é uma ficção. No entanto, os diferentes Estados dos diferentes países civilizados, apesar de suas variadas configurações, têm em comum o fato de estarem assentados sobre o solo da moderna sociedade burguesa, mais ou menos desenvolvida em termos capitalistas. É o que confere a eles certas características comuns essenciais (MARX, *apud* SANTOS NETO, 2015, p. 13).

Destacando as problemáticas do pensamento colonial presente na era moderna e como ainda temos uma visão da realidade universal e hegemônica de países considerados desenvolvidos, a maneira de enxergar a realidade sob uma perspectiva colonial é também apresentada também pela escritora Chimamanda Ngozie Adichie, em *O perigo de uma única história* (2009). Para além de afetar países, continentes ou economias, essas perspectivas e compreensões — muitas vezes distorcidas, baseadas em estereótipos e preconceitos — afetam indivíduos específicos, seus idiomas, linguagens e diversas características, assim como os levam à adequação, à internalização desse modo de pensar “universal” em um processo de alienação e naturalização, mesmo que as contradições estejam diante dos seus olhos. A obra busca romper e desmistificar com essa visão limitada do mundo, busca resgatar conhecimentos originais e as semelhanças entres os países subdesenvolvidos.

Além disso, vale destacar que o período anterior ao sistema de acumulação capitalista foi necessário para garanti-lo; a escravização não só se deu em países colonizados, mas também naqueles hoje considerados “potências mundiais” pela riqueza acumulada — riqueza essa obtida por meio da exploração nacional e internacional (pelos colonizadores) e hoje perdura através da força de trabalho da classe subalterna.

A exploração do trabalho escravo cumpriu papel decisivo no processo de acumulação primitiva de capital e essa escravidão não se circunscreveu somente às regiões colonizadas, mas foi adotada também episodicamente no processo do desenvolvimento do capitalismo inglês. Isso denota que o trabalho escravo é uma anomalia necessária ao florescimento das relações genuinamente capitalistas e que ele somente será superado na metrópole no final do século XVIII, enquanto nas colônias precisará de mais tempo para ser eliminado (SANTOS NETO, 2015, p. 73).

O período escravagista representou um dos elementos históricos determinantes também para a condição de vida dos homens e mulheres negras em nossa sociedade e, por mais que tenham ocorrido modificações nas relações sociais, ficam evidentes as sequelas em nossa sociedade, fruto dessas relações passadas.

O fato de o trabalho assalariado ser uma forma mais sofisticada de apropriação de tempo de trabalho excedente não significa que ele não esteja também assentado na

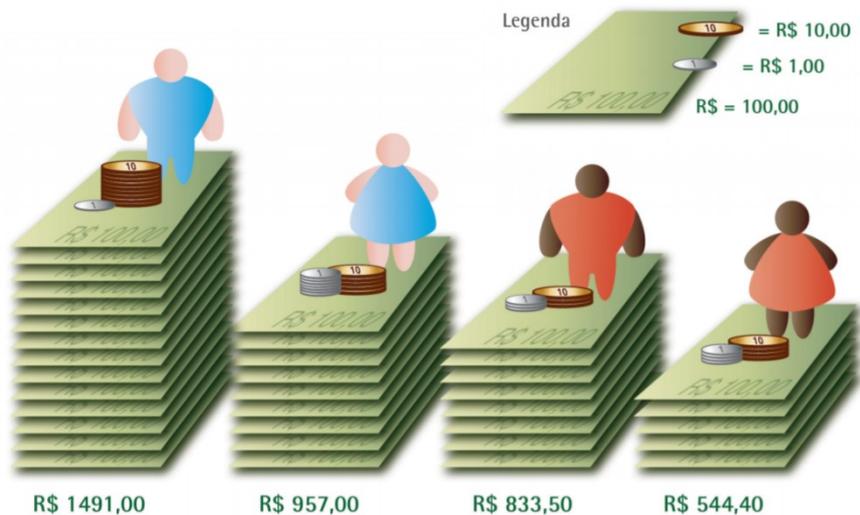
escravização de seres humanos. Evidentemente que as algemas adotadas pelo capitalista são algemas muito mais sofisticadas, que somente o olho atento e o corpo amordaçado do operário conseguem desvelar. O fato de serem algemas de ouro não esconde que elas continuam sendo algemas. Assim, enquanto o capitalismo mais avançado do mundo adotava, de um lado, o trabalho assalariado como forma hegemônica da produção na metrópole, do outro, ele recorria ao trabalho escravo como única forma de subordinar (formalmente) o trabalho aos seus propósitos. (SANTOS NETO, 2015, p. 72).

No livro *Racismo Estrutural* (2018), Silvio de Almeida fala sobre o racismo no campo econômico-estrutural e sobre como ficam claras as condições desiguais com o estabelecimento de políticas que beneficiam o grupo dominante e privilegiado e prejudicam as minorias, tendo determinantes específicos para desigualar os sujeitos. Como bem afirma Leonardo Ortegá (2018): “[...] além das desigualdades de classe, outros processos são responsáveis por desigualar e assujeitar determinados indivíduos e grupos, por meio da raça, da etnicidade, do gênero e outros” (ORTEGAL, 2018, p. 2).

A construção social da concepção de raça, gênero e classe articula múltiplas formas de exploração e desigualdade social necessárias à existência do sistema capitalista. No caso das mulheres negras, que serão sempre incluídas pelas questões de gênero e raça, deve-se levar em conta também a classe, já que a maioria da população negra é maioria em condições de pobreza, não por acaso, a mulher negra permanece no nível mais baixo da pirâmide social. Mulheres negras estão na linha de frente em diversos espaços sociais, ocupando postos de maior vulnerabilidade.

[...] “Um exemplo disso é a tributação. Em países como o Brasil, em que a tributação é feita primordialmente sobre o salário e consumo - que pesa principalmente sobre os mais pobres e assalariados -, em detrimento da tributação sobre patrimônio e renda, que incidiria sobre os mais ricos -, a carga tributária torna - se um fator de empobrecimento da população negra, especialmente para as mulheres negras, visto que estas são as que recebem os menores salários” (Almeida, 2018, p. 171).

**FIGURA 1 – Pobreza, distribuição e desigualdade de renda - renda média da população segundo sexo e cor/ raça - Brasil (2009)**



FONTE: Reprodução de Ipea *et al.* (2011).

Silvio Almeida (2018) ressalta ainda a funcionalidade do sistema de tributação brasileiro como sistema regressivo em que a maior parte se dá através do consumo, bens e serviços, tendo como consequência o fato de que as pessoas com menor renda paga mais tributos. Ele afirma:

Pode-se concluir que a regressividade do sistema tributário, ou seja, o financiamento das políticas públicas brasileiras quanto ao peso dos tributos, recai sobre as mulheres e os/as negros/as. Os dados indicam que as mulheres negras pagam proporcionalmente, em relação aos seus rendimentos, muito mais tributos do que homens brancos. Com isso, qualquer política econômica, fiscal e orçamentária que mereça ser levada a sério precisa incorporar o debate da desigualdade social” (ALMEIDA, 2018, p. 171).

A articulação sistemática e a funcionalidade entre racismo, classe e patriarcado na manutenção das desigualdades, sobretudo economicamente falando, já que se tem o capital como símbolo de ascensão social desse sistema. Em *Racismo e Sexismo na cultura brasileira*, Lélia Gonzalez (1984) relata a importância de ir além do debate sócio-econômico e busca, a partir de teorias da psicanálise, apresentar o que ela denomina como contradições internas. “[...] Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva sócio-econômica que

elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações” (GONZALEZ, 1984, p. 225). É necessário que todos esses fatores sejam considerados em todos os espaços que constituem as relações sociais.

A constituição das mulheres, como uma categoria, social e histórica interpelou a concepção de classe ao apontar desigualdades conformadas no seu interior pela mediação de outras relações sociais de opressão, dominação e apropriação. A afirmação de que a “classe trabalhadora tem dois sexos”, - raça e sexualidade, - (Souza-Lobo, 2011), foi o resultado de uma batalha no interior das próprias lutas socialistas e da teoria crítica e emancipatória desenvolvida em estreita vinculação com essas lutas. Batalha que está longe de ser vencida (CISNE; SANTOS, 2018, p. 10).

A partir da teoria da *interseccionalidade*<sup>3</sup>, debatida há muito tempo por intelectuais negras, a exemplo de Lélia Gonzalez e Angela Davis, torna indubitável a indissociação entre gênero, raça e classe; a análise do conjunto que compõe a estrutura da sociedade de classes e o debate, que somente a partir dessa compreensão possibilita pensar um novo modelo de sociedade. É necessária a reflexão de como as formas de opressão estão inter cruzadas, não na tentativa de hierarquizá-las, mas de ter uma leitura fundamental sobre a estrutura social, como bem dito no artigo *Mulheres na construção de uma nova utopia* (2011), de Angela Davis:

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso entender que classe informa raça. Mas raça, também informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira que a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 2016, p. 13).

Segundo Flávia Rios (2020), a interseccionalidade pode ser considerada como conceito, como ferramenta e/ou identidade política. Pensada e debatida pelas feministas negras na sua origem, Carla Akotirene (2018) ressalta: não podemos fazer essa dissociação e nem deixar de trabalhar “o paradigma afrocêntrico<sup>4</sup>” ligado à sua origem. O debate de interseccionalidade surge das necessidades cotidianas das mulheres negras visando

<sup>3</sup> “Trata-se de oferta analítica preparada pelas feministas negras. Conceitualmente ela foi cunhada pela jurista estadunidense, a professora da teoria crítica de raça Kimberlé Crenshaw, no âmbito das leis antidiscriminação. [...] É uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas” (AKOTIRENE, 2018).

<sup>4</sup> Mazama (2009)

compreender e enfrentar as dinâmicas e consequências da nossa estrutura social, que incluem mais do que o racismo e o sexismo. Entretanto, como já ressaltamos, é um sistema tão bem estruturado que vai demonstrar que, independente do cruzamento das opressões, as mulheres negras, base da pirâmide social, estarão sempre mais vulneráveis nessa estrutura social vigente.

## 2.1 A formação sócio-histórica do Brasil e o imaginário social brasileiro

Pensar a história do Brasil é começar questionando: por quem ela foi contada? Hoje já sabemos que o país não foi descoberto em 1500, mas invadido por colonizadores portugueses; entretanto, essa não foi a história oficializada, a história foi sempre exaltada do ponto de vista dos “vencedores” (colonizadores) *versus* “derrotados”, sendo ainda comum que essa seja a versão mais contada e conhecida. A história que “[...] sempre enalteceu os feitos dos vencedores, dos generais e o heroísmo da elite nacional. É recente a preocupação com a voz e as narrativas históricas dos povos vencidos” (SANTOS, 2009, p. 9).

O Brasil conheceu em sua história colonial e independente várias formas de escravidão, as quais se associam à escravização de raças diferentes, com caracteres étnicos e culturais distintos, e a formações socioeconômicas escravistas diversas. Em quase quatro séculos, em que a escravidão se constituiu e se refez em conexão com as determinações diretas e indiretas dos vários ciclos econômicos. (FERNANDES, 1976, p. 37).

Chasin (1999) demonstra que ao analisarmos a realidade na qual se insere o desenvolvimento capitalista, principalmente no contexto da América Latina, as particularidades de cada país e “[...] o lugar sócio-historicamente ocupado pelo Brasil na totalidade capitalista é determinado pelo seu caráter de formação dependente e subordinada no interior das divisões nacionais do sistema do capital” (CHASIN *apud* SANTOS NETO, 2015, p. 14). Em sequência, a partir dos estudos de Chasin (1999), afirma que

Enquanto a industrialização alemã é das últimas décadas do século XIX, e atinge, no processo, a partir de certo momento, grande velocidade e expressão, a ponto de a Alemanha alcançar a configuração imperialista, no Brasil a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca romper sua condição de país subordinado aos polos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o “verdadeiro capitalismo” alemão é tardio, se bem que autônomo, ao passo que o brasileiro, além de hipertardio, é caudatário das economias centrais (CHASIN, 1999 *apud* SANTOS NETO, 2015, p. 16).

Santos Neto (2015) realizou análise incisiva ao retratar e decifrar os processos e modificações históricas de acumulação de riquezas no Brasil, caracterizando suas várias fases e o desenvolvimento hipertardio das forças produtivas na “era moderna”.

A sociedade capitalista aprimora o processo de apropriação de mais-trabalho, processo que precisa transcender o servil e escravista para atuar de forma menos coercitiva, dotado de um sistema de regras capaz de subsumir a consciência operária aos seus propósitos, justificando e naturalizando o processo de apropriação do trabalho excedente (SANTOS NETO, 2015, p.120).

Não é novidade que o Brasil foi um dos últimos países da América Latina a abolir o sistema escravocrata (formalmente) e, ao passo que conhecemos a construção e relações passadas do nosso país, compreendemos também as relações atuais. A história do Brasil e dos negros não se reduz à escravidão, mas sem dúvidas a escravização de raças ocasionou muitos problemas para as relações sociais e um abismo imensurável.

Mesmo depois de proclamada independência do Brasil (1822), ainda observamos as características de um país subserviente aos interesses das grandes potências mundiais. Santos Neto (2015) descreve a perda de forças dos portugueses diante da força de outros Estados e a relação do Brasil os grandes países capitalistas até hoje, afirmando que:

O fim da dominação portuguesa não implicou a completa superação do sistema colonial; ele continuou persistindo sob uma nova roupagem, na qual o poderio econômico mostrou efetivamente seu papel predominante perante todas as outras esferas da vida cotidiana brasileira. O esgotamento da urdidura imposta pela Coroa portuguesa não resultou na superação das relações de dominação e dependência no âmbito da produção (SANTOS NETO, 2015, p. 159).

Sendo assim, pode-se afirmar ainda que

A roupagem foi alterada, mas a urdidura do sistema continuou intacta na sua essencialidade. Ela não apenas assegura a existência da reprodução do capital em grande escala, mas preserva os preceitos que interessam à metrópole econômica: primeiro, a Inglaterra; segundo, os EUA. As algemas continuaram sendo algemas. Evidentemente que deixamos de ser uma colônia regida pelas formas atrofiadas de manifestação do capital mercantil para sermos controlados pela arquitetura verdadeiramente imperialista do capitalismo inglês. Mas essa distinção não retira a natureza de subordinação e de dependência da burguesia brasileira aos interesses do capital internacional (SANTOS NETO, 2015, p. 162).

Em *A sociedade escravista no Brasil*, Fernandes (2010) continua a retratar a relação próxima entre o sistema escravagista e o sistema capitalista, na qual permanecem, sobretudo, os interesses econômicos da classe dominante — nesse contexto, era clara a relação simbiótica entre o obsoleto sistema escravocrata e o capitalismo vigente. Essa associação que

também explica o proposital atraso para o fim do período escravista no país, diante do desenvolvimento mundial (países desenvolvidos existem graças aos países subdesenvolvidos e são esses primeiros que fazem a manutenção dessas desigualdades entre eles) e as especificidades do sistema de opressão e exploração no Brasil pós-abolição, definindo conjuntamente a relação entre classe e raça.

Sobre o período de desenvolvimento das forças produtivas brasileiras, ressalta-se a política de imigração entre os séculos XIX e XX, quando do incentivo à imigração de europeus para trabalhar no Brasil e a recusa da mão de obra negra, pela reprodução clara de estereótipos. Mais uma vez, a chance de incluir a população à margem do sistema de produção capitalista não se concretiza nesse cenário, pois, “Parecia claro que a tecnologia não combinava com o trabalho escravo. Por isso foi difundida a ideologia que acentua a incapacidade do ex-escravo para os novos ofícios e ressaltava a superioridade do imigrante perante o nativo” (SANTOS NETO, 2015, p. 182).

Na formação do Estado brasileiro moderno a exclusão social se deu desde o momento em que as elites privilegiaram a mão de obra imigrante em detrimento da mão de obra nacional. Assim, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, longe de eliminar as desigualdades sociorraciais a recompôs na ótica da racionalidade da acumulação capitalista (SANTOS, 2009, p. 30).

O final do século XIX e início do XX é marcado pela ideia de embranquecimento como sinônimo de progresso no Brasil. Anteriormente, as relações entre negros e brancos não eram bem vistas por três motivos, afirma Santos (2009): primeiro porque negros e mestiço eram considerados inferiores, principalmente pelas considerações de subdesenvolvimento do continente africano; segundo, devido as diversas manifestações e rebeliões no continente americano, não eram considerados confiáveis pela sociedade e autoridades da época; e terceiro, diante de um cenário de alastramento de epidemias, bem como de ideias racistas e eugênicas no imaginário social, existia a teoria de que essas doenças decorriam de hábitos sujos da população pobre, negra e mestiça (SANTOS, 2009).

Durante o período de industrialização brasileira foi incentivada a imigração de mão de obra de países como: Itália, Espanha e Portugal deixando de fora a população negra (a maior parte da população brasileira, já que no período da escravização dessa estima-se que foram contrabandeados entre seis e dez milhões de pessoas negras do continente africano), entretanto, ficaram de fora do projeto de “progresso” no Brasil, pelos estereótipos racistas em relação aos negros que aqui já viviam e assim deram prioridade para imigrantes (brancos) de origem latina poi a elite brasileira — uma das principais responsáveis pelo projeto de

embranquecimento no Brasil — defendia a existência de uma aproximação linguística e cultural. Entre os anos de 1890 e 1930, estima-se que chegaram ao Brasil mais de dois milhões de imigrantes (SANTOS, 2009).

Na Era Vargas, a miscigenação, antes repudiada, passa a ser aplaudida, visando o governo tornar o Brasil uma sociedade racialmente plural, urbana e industrializada, gerando o conceito e o papel ideológico do mito da democracia racial e a especificidade do racismo no Brasil. Isso em seus diversos períodos históricos, como bem analisa Genilda Santos (2009): “Enquanto na República Velha o Brasil conheceu o racismo aberto fundamentado em doutrinas vindas da Europa, na década de 1930 as atitudes racistas foram mais dissimuladas” (SANTOS, 2009, p. 11). Salienta-se ainda que

Essas experiências comuns resultantes do lugar social que ocupam impedem que a população negra acesse a certos espaços. É aí que entendemos que é possível falar de lugar de fala a partir do *feminist standpoint*: não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e hierarquização de saberes consequente da hierarquia social (RIBEIRO, 2017 apud CLEMENTE, 2019, p. 76).

O papel do racismo institucional — que era e continua sendo muito bem reproduzido nas academias e por “intelectuais” — deve ser levado em consideração quando entramos na discussão de espaços de privilégio. Inclusive, já temos muitos relatos de episódios de racismo de intelectuais negras que o viveram juntamente com o machismo e outras formas de opressão e dominação dentro dessas instituições. Podemos citar como exemplo a própria Lélia que, o denuncia em seus escritos, assim como Grada Kilomba (2019), em um dos seus livros mais conhecidos *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*.

Culturalmente, o Brasil é um país racista que não assume o próprio preconceito, afirma Gonzalez (1984) — “Ou seja, ‘além da exploração econômica, o grupo branco dominante extrai uma mais-valia psicológica, cultural e ideológica do colonizador’” (HASENBALG, 1977 apud Gonzalez, 1979, p. 7) —, que segue conceituando termos interessantes para abordar os preconceitos e discriminação da classe dominante, entre eles o de “pretuguês”. Este para denominar o que seria a resultado da miscigenação entre pretos (vindos de várias partes da África), mas temos como língua oficial do Brasil o português, entretanto, não se pode dizer que o português do Brasil é o mesmo de Portugal, justamente pelas influências de outros povos que aqui também habitavam — e foram, inclusive,

essenciais para a formação desse país também no aspecto da linguagem. Sobre isso, Lélia Gonzalez segue apontando as contradições que decorrem dessas influências, como destacado nesse trecho do artigo *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*:

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erros dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês (GONZALEZ, 1984, p. 238).

Nesse sentido, a autora retrata para além da contradição de um processo alienado e alienante. Se apropriam da cultura negra e fazem uso quando acreditam ser conveniente, ao mesmo tempo em que ignoram, massacram e tentam apagar a história do negro, mostrando assim parte da mediocridade e hipocrisia do país através da intelectualidade. E podemos observar que são vários os mitos criados e perpetuados no imaginário social brasileiro — a exemplo do mito da democracia racial, a ideia disseminada por Gilberto Freyre em *Casa Grande Senzala*<sup>5</sup>. O que Freyre e outros autores que seguiram na mesma linha buscavam era fortalecer tal pensamento “[...] através da uma tentativa sistemática e deliberadamente montada para interpretar as contradições estruturais do escravismo como simples episódio sem importância, que não chegaram a desmentir a existência dessa harmonia entre exploradores e explorados” (MOURA, 1988, p. 20).

[...] houve uma reformulação dos mitos raciais reflexos do escravismo, no contexto da sociedade de capitalismo dependente que a sucedeu, reformulação que alimentou as classes dominantes do combustível ideológico capaz de justificar o peneiramento econômico-social, racial e cultural a que ele está submetido atualmente no Brasil através de uma série de mecanismos discriminadores que se sucedem na biografia de cada negro (MOURA, 1988, p. 17).

Clóvis Moura (1988) também retrata parte da transição e das sequelas do período escravista para o capitalismo dependente na formação brasileira. O autor exemplifica tal situação ao falar sobre o “pensamento social subordinado” dentro das academias e realiza crítica a uma imparcialidade dentro das ciências sociais e em outros campos do conhecimento, que acabam corroborando com práticas racistas. “[...] A nossa sociologia do negro é, em larga margem, uma pseudomorfose, isto é, uma visão carecente de suportes existenciais genuínos, que oprime e dificulta mesmo a emergência ou indução da teoria objetiva dos fatos da vida nacional” (RAMOS *apud* MOURA, 1988, p. 20).

---

<sup>5</sup> Uma das mais conhecidas obras do sociólogo Gilberto Freyre, lançada em 1933.

As intelectuais negras trabalhando em faculdades e universidades enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença, mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como suspeita. O pessoal pode se sentir à vontade com a presença de acadêmicas negras e talvez até as deseje, mas é menos receptivo a negras que se apresentam como intelectuais engajadas que precisam de apoio, tempo e espaço institucionais para buscar essa dimensão de sua realidade (HOOKS, 1995, p. 468)

Muito se fala sobre a cordialidade entre opressores e oprimidos, que deram embasamento para o conceito do “mito da democracia racial brasileira”, pois alguns escritores e intelectuais pregavam existir concordâncias entre escravizados e seus senhores, atribuindo a culpa da escravidão aos próprios escravizados. Outro exemplo de como a ciência e a consideração de um discurso dominante podem ser opressoras é a política *eugenista*<sup>6</sup> que passou a ser difundida por muitos intelectuais brasileiros depois da primeira guerra mundial. Renato Kehl<sup>7</sup> é considerado o pai da eugenia no Brasil; a política defendia sumariamente a superioridade racial e através de uma raça ariana pura. É somente a partir do século XXI que essas teorias são comprovadamente descartas pelo campo científico, graças aos avanços dos estudos biológicos e genéticos, mas ainda estamos longe de considerar uma ciência hegemonicamente antirracista no Brasil e no mundo. Outro ponto, desta vez abordado por Genilda Santos (2009), é que mesmo após a contestação do termo raça (depois do entendimento e da comprovação da inexistência de raças superiores ou inferiores), ele continua sendo válido e necessário para identificação dos grupos sociais e essencialmente porque os problemas estão para além dos termos e é necessário que se identifique as diferenças impostas pelo sistema para que se possa enfrentá-las. “O fato de o termo ser largamente utilizado na identificação dos grupos humanos nos permite dizer que o conceito “raça” foi construído socialmente para indicar lugares hierarquizados” (SANTOS, 2009, p. 10).

Devido à particularidade da formação das relações raciais no Brasil, sobretudo, baseada nos ideais de embranquecimento, a miscigenação se tornou um debate muito complexo: o colorismo. Além da necessidade de reconhecimento das desigualdades, e por isso a diferenciação de raça/cor permanece usual; a mistura de raças dificultou bastante esse

---

<sup>6</sup> A palavra eugenia aparecia sempre como símbolo de modernidade cultural, assimilada como conhecimento científico que expressava muito do que havia de mais ‘atualizado’ na ciência moderna. Falar sobre eugenia significava pensar em evolução, progresso e civilização, termos que constituíam o imaginário nacionalista de boa parte das elites brasileiras. Em muitos casos, a eugenia era interpretada como a “nova religião da humanidade”; em outros, como a “ciência do futuro”, responsável pela regeneração física e mental da população nacional (SOUZA, 2006, p. 19).

<sup>7</sup> Renato Kehl escritor, médico, farmacêutico e eugenista brasileiro.

reconhecimento entre sujeito e a raça a qual pertence, seja pela falta de consciência negra, pela teoria de que somos todos iguais no Brasil (podemos considerar a essência desta no mito da democracia racial, a ideia de uma igualdade formal) ou pela dificuldade em se encaixar numa das classificações, elementos que colocam os indivíduos em dúvida entre “não lugar” e a sensação de não pertencimento a nenhum deles.

Há ainda que se destacar as diferenciações da operacionalização do racismo nas diversas sociais, como abordou Oracy Nogueira (1954) ao destacar dois termos para diferenciação de alguns aspectos entre Brasil e Estados Unidos, diante das relações raciais existentes nos dois países. Ele teorizou os termos: “preconceito de marca” e “preconceito de origem”, que definiriam a diferenciação das relações raciais dos referidos países:

Enquanto nos Estados Unidos uma pessoa é branca ou negra e definida pelo nascimento, no Brasil há uma variação fenotípica muito grande para classificar a cor da pele (preto, crioulo, negro, pardo, moreno, amarelo, indígena e branco) - variação essa mais importante que a origem de nascimento (SANTOS, 2009, p. 61).

É importante a compreensão de que a forma como as relações raciais foram construídas em cada país não os torna mais ou menos destrutivos. A cor da pele é um dos maiores determinantes na reprodução do racismo em qualquer sociedade moderna, assim como o racismo individual é bem mais fácil de ser identificado pela sociedade. Entretanto, não é possível descartar outros fatores, pois fenótipos e descendência podem ser mais ou menos um problema, a depender da construção social de cada país, como já havia afirmado Santos (2009).

Atrelado ao discurso da democracia racial, temos o da meritocracia, analisado por Silvio Almeida (2018) da seguinte forma:

No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance. Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especificamente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial (ALMEIDA, 2018, p. 82).

O autor debate parte do imaginário social brasileiro, tendo a naturalização do racismo como a concepção de como o racismo molda a nossa subjetividade. “[...] O racismo enquanto processo político e histórico, é também um processo de construção de subjetividade, de

indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais” (ALMEIDA, 2016, p. 63). Homens negros e mulheres negras experienciam situações de violência durante toda vida e na maioria das vezes atentam-se para essas questões somente através da aproximação com os estudos e política antirracista. Ainda assim, nem sempre as pessoas vão ter acesso às teorias descolonizadoras que as despertem a consciência racial ou vão querer debater esses assuntos.

A psicanalista Neuza Santos, que no livro *Tornar-se Negro* (1990) debateu o tema a partir da psicanálise, também exemplificando o processo de reconhecer-se negro numa sociedade onde a branquitude é vista como positiva e os negros, antes de terem consciência sobre quem são, geralmente são incentivados e buscam assemelhar-se com o que é branco para que sejam aceitos. Dois termos importantes para compreensão do pensamento da sociedade brasileira, trabalhados por Lélia Gonzalez, são *consciência e memória*. A autora afirma que:

Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancas do discurso da consciência (GONZALEZ, 1984, p. 226).

Em síntese, caracteriza-se aqui como consciência o apagamento/omissão de parte da história dos povos nativos do Brasil, negros e índios. Apagada inclusive bibliograficamente, sendo contada pela perspectiva do homem branco, de modo que o discurso dominante lhes fosse favorável ao sistema de reprodução, como segue até hoje. Contudo, como memória é entendida a resistência e o saber disseminado de geração em geração, que — apesar das muitas tentativas e da “superioridade” do discurso dominante e universal — permaneceu.

A produção e reprodução do racismo só é possível graças à capacidade sistemática e racional de criar explicações para a desigualdade social e de sujeitos que normalizam as disparidades de classe, raça. Em sua maioria, se incomodam menos com essas questões as pessoas que não são afetadas de maneira negativa, pelo contrário, se incomodam ao ouvir alguém relatar a existência delas, por mais que não seja segredo para ninguém. Grada Kilomba (2019) fala sobre os sentimentos que o debate sobre racismo pode evocar em pessoas negras: “Obviamente, falar sobre essas posições marginais evoca dor, decepção e raiva. Elas

são lembretes dos lugares onde mal podemos entrar, dos lugares nos quais dificilmente “chegamos” ou não “podemos ficar”” (HOOKS, 1990 *apud* KILOMBA, 2019, p. 57).

A autora continua reafirmando a necessidade de não se calar diante das opressões e que o desmerecimento do discurso que trata de tais questões como algo íntimo e emocional — ela diz: “Tal realidade deve ser falada e teorizada. Deve ter um lugar dentro do discurso, porque não estamos lidando com “informação privada” [...] Não são histórias pessoais ou reclamações íntimas, mas sim relatos de racismo” (KILOMBA, 2019, p. 57). Entre a normalização dessas questões podemos sinalizar também o importante papel da mídia e principais veículos de comunicação, que, de uma forma ou outra, acabam por reproduzir papéis determinados sob estereótipos já conhecidos, normalizando a condição de raça de brancos e não-brancos.

Há mudanças que ainda estão em curso e seguem a passos lentos, mas continua-se encontrando dificuldade ou rejeição entre as elites nacionais “[...] pois os estereótipos tradicionais já não se aplicava a esse negro que subia na escala social” (SANTOS, 2009, p. 63) e, apesar de ainda ser exceção, muitos acabaram em condições de competir por espaços de privilégios com brancos, e estes não sabiam (ou ainda não sabem) como lidar com esse fato ainda recente, diante das crescentes discussões sobre as relações raciais e de gênero — o fato é que não tem mais volta.

Com o passar dos anos “[...] a mentalidade de tradição escravocrata mudou mais em seus aspectos simbólicos do que material, mas mudou” (SANTOS, 2009, p. 75). Evidencia-se, portanto, que o pensamento de uma sociedade se faz em conjunto com seu sistema de produção e que nas poucas linhas em que se descreve a história do Brasil podemos observar esse movimento e algumas poucas mudanças (não na raiz da estrutura social), necessárias para manter o sistema e até expandi-lo — ou seja, manter a política servil destinada ao capitalismo brasileiro, mas com “novas algemas”, sendo possível a maior acumulação de capital, sem aniquilar as desigualdades sociais necessárias à manutenção desse sistema de produção.

## 2.2 Mulheres: Patriarcado e relações raciais<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Neste trabalho estamos usando principalmente o termo raça para explicar as desigualdades causadas principalmente características físicas de determinados indivíduos e população. No entanto não se desconsidera a abordagem da etnicidade, já que “[...] raça engloba características fenotípicas, como a cor da pele e a etnia também compreende fatores culturais, como a nacionalidade, afiliação tribal, religião, língua e as tradições de um determinado grupo” (SANTOS *et al.*, 2010).

A concepção de gênero passou a ser analisada pelos movimentos feministas a partir da década de 1980, como um dos determinantes a ser considerado ao invés do sexo, devido ao entendimento de que as diferenciações, inclusive comportamentais, não dependiam de fatores biológicos, mas de construções sociais e culturais de determinada sociedade. Como bem disse Simone de Beauvoir (1949), “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher.” Além das diferenças internas, dentro da categoria *mulheres* cabe destacar as diferenças entre papéis que são atribuídos aos gêneros, com as mulheres sendo geralmente imbuídas às atividades domésticas e de cuidado, enquanto os homens, de forma contrária, são mais incentivados à realização de tarefas externas, fora do âmbito doméstico. “A noção de sexo é a organização mental de ideias (representações, mitos, utopias etc.: o sexo ‘pensado’) e de práticas (relações sociais entre os sexos: o sexo ‘agido’) frequentemente contraditórias” (MATHIEU, 2014 *apud* CISNE; SANTOS, 2014, p. 48). Podemos afirmar que,

[...] Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Vale ainda destacar que as adaptações do período escravocrata até a contemporaneidade deixam claros os papéis destinados às mulheres negras e as muitas formas de exploração de gênero e raça, conforme destaca Lélia Gonzalez:

[...] Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em partícula. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta (GONZALEZ, 1984, p. 224).

Sob os estereótipos racistas e sexistas que sempre orbitaram a existência das mulheres negras, com base no exposto por Lélia Gonzalez (1984):

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem "educadas" ou estarem "bem vestidas" (afinal, "boa aparência", como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria branca", unicamente atribuível a "brancas" ou "clarinhas") (GONZALEZ, 1984 p. 230).

Com base nas estatísticas de gênero do Manual de Gênero da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (*United Nations Statistics Division* (UNSD) podemos afirmar que

Em todas as sociedades existem diferenças entre o que é esperado, permitido e valorizado em uma mulher e o que é esperado, permitido e valorizado em um homem. Estas diferenças têm um impacto específico sobre mulheres e homens em todas as fases da vida, e podem determinar, por exemplo, diferenças na saúde, educação, trabalho, vida familiar e no bem-estar geral de cada um (IBGE, 2018. p. 2).

É óbvio que as imposições de gênero impactam na vida de todos, sejam homens, mulheres ou pessoas que não se enquadram dentro da compressão binária também imposta pela lógica limitadora desse sistema. “[...]Não temos dúvida da influência das normas regulatórias na construção social dos sexos, todavia, é importante questionar de onde vêm essas normas, a quais interesses elas atendem e, fundamentalmente, quais relações materiais as sustentam?” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 49). Verônica Ferreira (2018) afirma que “[...] considerar as relações sociais estabelecidas entre os sexos é condição necessária para apreender a totalidade social no sistema capitalista, patriarcal e racista – um sistema de dominação- exploração uno, indivisível, mutuamente determinado” (FERREIRA, 2018, p. 12). Sendo a força de trabalho diferentemente explorada de acordo com “valores” desta sociedade capitalista (sexista, racista):

[...] O trabalho, nesta sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista, possui três divisões estruturais associadas entre si: a) a divisão social, fundada nas relações entre classes sociais; b) a divisão racial, fundada nas relações sociais de raça; c) a divisão sexual, fundada nas relações sociais de sexo. As relações sociais são perpassadas pela apropriação do trabalho de um grupo ou classe sobre outro. São essas relações sociais, mediadas por antagonismos e hierarquias, que processam a produção e a reprodução sociais, permeadas pela exploração da força de trabalho e pelas opressões a elas vinculadas (CISNE; SANTOS, 2018, p. 25).

Ao longo da história temos celebrado algumas conquistas das mulheres, principalmente no acesso aos espaços de poder, por muito tempo privatizados pelos homens. Mas de quais mulheres estamos falando? O acesso ao mercado formal de trabalho, por exemplo, marcadamente na década de 1960, foi uma conquista de espaço principalmente para as mulheres brancas. As diferenças dentro da categoria gênero também apresentam determinantes fundamentais, assim como raça. É necessário reconhecer as “diferenças dentro das diferenças” e a existência de hierarquização de poder é fundamental para a estrutura representada na pirâmide social, onde as mulheres negras estão sempre na base, em sua

maioria. E mesmo quando aparecem em algum espaço de prestígio social, as mulheres negras continuam sendo a “exceção”.

Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma “diferença” – dentro da diferença. Ou seja, a categoria “mulher”, que constituía uma identidade diferenciada da de “homem”, não era suficiente para explicá-las. Elas não consideravam que as reivindicações as incluía. Não consideravam, como fez Betty Friedan na “Mística Feminina”, que o trabalho fora do lar, a carreira, seria uma “libertação”. Estas mulheres há muito trabalhavam dentro e fora do lar. O trabalho fora do lar era para elas, apenas, uma fadiga a mais. Além disso, argumentavam, o trabalho “mal remunerado” que muitas mulheres brancas de camadas médias reivindicavam como forma de satisfação pessoal, poderia ser o emprego que faltava para seus filhos, maridos e pais (PEDRO, 2005, p. 82).

Quando as mulheres brancas puderam finalmente acessar o mercado formal de trabalho, as mulheres negras, que nunca tiveram muita escolha, as viram conquistar e celebrar algo que para elas poderia representar nenhum espanto ou até mesmo preocupação. Pois, para as mulheres negras o trabalho não era uma escolha, demonstrando que o determinante raça continua sendo fator essencial dentro da categoria sexo/gênero. Mulheres negras permanecem até hoje nos postos de trabalho mais precarizados e veem mulheres brancas avançando cada vez mais no mercado de trabalho, inclusive ocupando prioritariamente espaços que poderiam ser ocupados por homens negros (o que poderia ser motivo de preocupação para muitas famílias negras). Não por acaso, enquanto as mulheres brancas conquistaram mais espaços, as mulheres negras passaram a estar com mais frequência no trabalho doméstico (e as semelhanças com o período escravocrata não param de existir, mesmo com certos “avanços” para outras), trabalho esse que implica em empregadas domésticas deixando de cuidar da própria família e de suas casas para cuidar de famílias e casas de mulheres brancas.

O trabalho doméstico ainda é, desde a escravidão negra no Brasil, o lugar que a sociedade destinou como ocupação prioritária das mulheres negras. Nele, ainda são relativamente poucos os ganhos trabalhistas e as relações se caracterizam pelo servilismo. Em muitos lugares, as formas de recrutamento são predominantemente neoescravistas, em que meninas são trazidas do meio rural, sob encomenda, e submetidas a condições sub-humanas no espaço doméstico (OMNB *apud* CARNEIRO, 2011, p. 128).

A mulher negra, se comparada às condições de vida de mulheres brancas e homens negros, vive uma dicotomia, por carregar os estereótipos tanto ligados ao gênero, quanto à raça, onde a condição de mulher e de negro eram (e continuam sendo) instrumentos fundamentais dos mais diversos tipos de explorações.

No trabalho escravo as mulheres negras experimentaram a igualdade com os homens, na produção, na força, nas surras, muitas das quais seguidas de morte, predominando múltiplas violências às mulheres, pelo sexo, estupro, reprodução e lactação (SANTOS; OLIVEIRA, 2018, p. 2).

Tais condições levaram *Sojourner Truth*<sup>9</sup> a questionar: “*Ain't I a Woman?*”. Homens negros e mulheres negras não tinham diferenciação alguma nas relações de exploração às quais eram submetidos pelo trabalho, inclusive nos castigos. Mas além da exploração da força de trabalho dessas mulheres, eram mais frequentes as situações de abuso pela condição de gênero — a exemplo dos estupros, os abortos forçados, as gravidezes forçadas. Elas não tinham nenhuma diferenciação na exploração do trabalho escravo e fortemente desgastante. Essas situações seriam inimagináveis ou motivo de grande revolta em relação às mulheres brancas, que, diferentemente das mulheres negras, eram vistas como o símbolo da feminilidade, sinônimos de delicadeza e beleza. Sua principal função era a de procriar e geralmente dispunham dos cuidados necessários e possíveis durante a gestação.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar, tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 2014, p. 1).

Como dito por Sojourner Truth em um de seus discursos mais conhecidos, interpretado também por Silva (2010), que afirma:

A escrava foge dos princípios que norteiam as relações familiares da sociedade escravocrata, diferentemente das mulheres da classe dominante à sexualidade da escrava não se enquadra nos parâmetros ideológicos da família branca, não está voltada a procriação e nem a reprodução. São inúmeros os casos de negligência e de descaso dos senhores, no que se refere a questão e tratamento da reprodução das escravas visto que quando grávidas não dispunham ou melhor, não lhes eram concedidas nenhuma condição por mínima que fosse para que houvesse um melhor desenvolvimento do feto (SILVA, 2010, p. 3).

---

<sup>9</sup> *Sojourner Truth* (1797 – 26 de novembro de 1883) foi o nome adotado, a partir de 1843, por Isabella Baumfree, uma abolicionista afro-americana e ativista dos direitos da mulher. Truth nasceu no cativeiro em Swartekill, Nova York. Seu discurso mais conhecido, “Não sou uma mulher?”, foi pronunciado em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio. PORTAL GELEDÉS. **Sojourner Truth**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth>. Acesso em: 4 fev. 2022.

A diferenciação do cuidado às mulheres negras não ficou restrita ao período escravocrata; as opressões de raça e de gênero são perpetuadas e, mais uma vez, reafirmamos que são pertinentes à ordem capitalista, que se sustenta sob as desigualdades sociais. “[...] A força ideológica das relações patriarcais se atualiza de tal forma que, apesar dos avanços históricos decorrentes das lutas sociais dos sujeitos feministas e LGBT, elas encontram maneiras de se reproduzir, posto que são apropriadas nas relações sociais capitalistas” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 44). E apesar de muita luta, de algumas conquistas somadas durante todo esse tempo e de uma trajetória de exploração a grupos hoje considerados “minoritários”, podemos afirmar que pouca coisa mudou de fato. Com base nos estudos do “Mapa da população negra no Brasil” de 1999, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e do Instituto Sindical interamericano pela igualdade racial (Inspir), Sueli Carneiro, em *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*, trouxe dados que demonstravam a disparidade nos salários em função do gênero e da raça como consequência nas condições de vida dessas pessoas. E a ordem segue a mesma: homens brancos (de 6,3 salários mínimos), seguidos de mulheres brancas (3,6 salários mínimos), homens negros (2,9 salários mínimos) e mulheres negras (1,7 dos salários mínimos) (CANEIRO, 2011, p. 129).

[...] Constata-se que a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração” (CARNEIRO, 2011, p. 127).

Vale destacar ainda que dentro desses grupos minoritários vão existir os indivíduos reproduzindo a teoria do sistema capitalista; entretanto, quando uma mulher reproduz uma teoria patriarcal e fortalece esse sistema de dominação, por exemplo, ela não se favorece ou usufrui dos privilégios, muito pelo contrário (CISNE; SANTOS, 2018). É preciso sempre ressaltar o que afirmou Angela Davis em *As mulheres negras na Construção de uma nova Utopia*, a existência de relações de opressão que são mútuas e outras que são cruzadas, deixando claro que nenhuma delas assume maior importância em relação à outra. Assim, importa acentuar que todas essas formas de opressão são fruto das relações sociais e construções sociais, “[...] nenhum desses elementos, por sua vez, resulta de um processo natural, tampouco estão isolados. Todos se associam entre si na constituição de um sistema

patriarcal regido pela “dinâmica entre controle e medo”(SAFFIOTI, 2004 *apud* CISNE; SANTOS, 2018, p. 45).

Nesse mesmo sentido, podemos afirmar ainda que

O patriarcado não surgiu espontaneamente do mundo das ideias ou da cultura, mas possui uma base material e sócio-história. Isso significa que as ideias e a cultura patriarcais são socialmente determinadas, com base em relações concretas. Dentre essas relações que dão base à estruturação do patriarcado, destacamos: 1) as relações sociais de sexo/sexualidade; 2) a constituição da família heteropatriarcal-monogâmica associada ao controle sobre a subjetividade e o corpo (e seus produtos-com o da procriação e a criminalização do aborto) da mulher e do que é associado ao feminino em toda sua heterogeneidade de expressão; 3) a divisão sexual e racial do trabalho; 4) a violência contra mulher e a população LGBT (CISNE; SANTOS, 2018, p. 45).

E como parte essencial e estruturante da sociedade de classes, o patriarcado através de formas de controle e coerção, “[...] demanda a construção de ideologias que naturalizam os sexos e as relações de desigualdades, além de suprimir ou desvalorizar a dimensão da diversidade humana” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 45). As ideologias que permeiam a sociedade patriarcal além de tratar como inferiores as características ligadas ao sexo feminino, criam um padrão de comportamento “adequado” na construção do gênero de acordo com as características biológicas do sexo, ridicularizam tudo e qualquer pessoa que fuja desse padrão. Isso acontece de diversas formas — algumas das quais já expostas neste capítulo —, as expressões se dão principalmente pela maior exploração da força de trabalho, com duplas ou triplas jornadas de trabalho, postos de trabalho de maior vulnerabilidade e de menos prestígio social, baixa remuneração. Há ainda a violência direta e a dominação desses corpos, tendo como forma de aprofundar ainda mais essas questões a conexão com outros determinantes, para além do gênero: a raça, a orientação sexual e a classe social. Vale salientar ainda que é somente com os debates feministas, entre as décadas de 70 e 80, que vão ser pensadas e discutidas a desnaturalização e a historicidade da construção de gênero.

### 3 FEMINISMO UNIVERSAL?

O feminismo majoritariamente difundido e considerado o modelo universal é caracterizado por problemas de gênero relacionados especificamente às mulheres brancas, que detinham certo privilégio dentro da sociedade (em relação à raça, a classe econômica e/ou sexualidade, por exemplo), baseado no movimento norte-americano ocidental e majoritariamente difundindo ideais liberais. É também desse primeiro momento de visibilidade do movimento feminista que surgem as sufragistas, após a revolução Francesa, buscando principalmente espaço e a participação das mulheres na política.

Desde o século XVIII, quando o movimento passou a ganhar estrutura e conquistar espaço com engajamento, mulheres passaram a compreender ainda mais a necessidade de mudança das relações de gênero, suas injustiças e o sentido das lutas feministas: a busca da igualdade de direitos entre homens e mulheres. O movimento feminista teve seu termo cunhado pelo socialista francês Charles Fourier (1772 - 1837), pela notável organização de mulheres durante o século XIX na Europa. Mas durante muito tempo (e pode-se observar que ainda nos dias de hoje) o termo feminismo foi usado como forma de desqualificar a luta das mulheres. E mesmo com toda retaliação e o crescimento do antifeminismo, observa-se a ampliação também do movimento atrelado a outros debates de gênero e sexualidade.

[...] Os estudos sobre as desigualdades enfrentadas pelas mulheres, grupos racializados e população LGBT vêm sendo hegemonizados por perspectivas culturalistas que ganharam força especialmente nos anos 1990 e que predominam ainda hoje. Expressão disso é o fato de grande parte da elaboração feminista materialista de tradição francófona ter sido irrisória e incipientemente traduzida para o português e só, muito recentemente, ter ampliado sua influência e alcance com uma relativa notoriedade no âmbito das pesquisas sobre mulheres, relações sociais de sexo e a questão da sexualidade (CISNE; SANTOS, 2018, p. 11).

Algumas autoras, a exemplo de Cisne e Santos (2011), destacam no processo de ampliação do Feminismo a associação com o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero, Queer, Intersexo, Assexuais e mais (LGBTQIA+) na luta contra o sistema de dominação patriarcal, dos estereótipos de sexo e gênero, e a importância da união entre as diferentes bandeiras de luta. Só depois de algumas mudanças percebidas com as chamadas “ondas” do movimento feminista, a depender do contexto social e estrutural de cada país, temos alguns setores mais avançados de sociedades que apoiam mais ou menos as lutas feministas. Podemos associar ainda a ideia e a “protoformas” do feminismo durante a Revolução Francesa, com a ideia de ascensão trazendo às mulheres a possibilidade

de também se permitir conquistar novos espaços. A primeira onda, com destaque para as figuras históricas conhecidas como sufragistas<sup>10</sup>, só foi reconhecida no final do século XIX, à medida que se constatava a experiência de um novo contexto social e político é que nomeava-se uma “nova fase” ou onda feminista. E a incipiência do movimento social, de modo geral, deve-se destacar, nasceu entre as mulheres privilegiadas, de classes mais abastadas e média, intelectuais, com algum nível de instrução.

O direito ao voto foi um dos eixos da chamada “primeira onda” do feminismo. A partir do fim do século XIX, as mulheres conquistaram o direito a votar em diferentes partes do mundo - com uma variação significativa no tempo em que isso se deu e na amplitude da inclusão, isto é, na definição legal de quais mulheres poderiam votar. Nova Zelândia, Austrália, Finlândia, Suécia, Noruega, Dinamarca, Rússia, Holanda, Alemanha, Hungria e Inglaterra estão entre os primeiros países a inscrever esse direito na legislação (BIROLI, 2018, p. 177).

Podemos afirmar que a história do feminismo é marcada desde sempre pela luta das mulheres por direitos fundamentais, como o acesso à educação e o direito ao voto, principais bandeiras de luta do século XIX. Entretanto, deve-se resguardar as especificidades e a dinâmica de cada país, suas vertentes ou “campo(s) discursivos de ação”<sup>11</sup>, além das diversas “ondas” feministas. Como afirmam Perez e Ricoldi (2019), de fato não é tão fácil tratar do feminismo com um movimento homogeneizado, pois, de certa forma, alguns acontecimentos influenciam na trajetória de outros países, numa correspondência internacional, inclusive na quarta onda (que ocorre atualmente), com a esfera digital propiciando adesão e um crescimento de apoiadoras de outros países para pautas específicas, ocorrendo em regiões específicas do mundo e atingindo principalmente as mulheres. Desde as primeiras pautas e personagens importantes na luta feminista, podemos dizer que

Destaca-se nesse período a atuação de Bertha Lutz e da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, a edição de um número considerável de periódicos femininos que, para além do voto, discutiam outras questões relativas à condição feminina, como a educação igualitária e o direito ao divórcio. Ao lado desse feminismo de mulheres educadas e de elite, surgia também um feminismo anarquista, na efervescência do movimento trazido, em grande parte, por imigrantes italianos (PINTO, 2003 *apud* PEREZ; RICOLDI, 2019, p. 6).

No Brasil, é possível que se analise a história a partir das dinâmicas sociais trilhadas pelo país, assim como em outros, com a primeira onda tendo sido marcada com a luta do

<sup>10</sup> Primeiras ativistas pelos direitos das mulheres e que ficaram conhecidas pela busca do direito do voto feminino, movimento se iniciou a partir do século XIX, no Reino Unido.

<sup>11</sup> ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 43, 2014.

sufrágio, no século XX, mais precisamente na década de 1930 (PINTO, 2003 *apud* PEREZ; RICOLD, 2019). Já entre as décadas de 1960 e 1970, um período bem difícil para o Brasil, que vivia uma Ditadura Militar, perdurando por 21 anos, que marcou a particularidade do movimento feminista no país, onde também se registrou o protagonismo das mulheres para o processo de redemocratização do mesmo.

No Brasil, os movimentos feministas tiveram grande protagonismo em momentos-chave de nossa história contemporânea, como no processo de transição da ditadura de 1964 para um regime democrático, nos anos 1980, em que se destacam as disputas para a construção da nova carta de 1988. Desde então, sua atuação sistemática tem imprimido perspectivas de gênero a instituições e políticas, o que foi interpretado como um processo de despatriarcalização do Estado (BIROLI, 2018, p. 175).

Dentre os países em que o direito ao voto foi finalmente reconhecido, aponta Flávia Biroli (2018), em alguns foi sendo agregado um dos primeiros direitos conquistados pelas mulheres através da luta feminista: a Suécia, como o último do continente europeu a instituição desses direito para as mulheres suecas. Já no continente africano, o direito ao voto para as mulheres passou a existir a partir de meados do século XX e em alguns países como o Quênia, África do Sul e Zimbábwe, foi instituído em diferentes momentos para mulheres brancas e negras. Na Ásia têm-se países que reconheceram esse direito desde o início do século XX, assim como outros que o fizeram tardiamente, a exemplo de Barém (em 2002) e os Emirados Árabes (em 2006), sendo este o mais atrasado em reconhecer o voto feminino. Na América Latina já se tinha eleitoras mulheres em quase todo continente na década de 1950, sendo o Equador o primeiro país a liberá-los; apenas o Paraguai estaria de fora dessa lista, só tornando isso uma realidade em 1961. Entretanto, vale dizer que “No Brasil, o direito a votar, que as mulheres conquistaram em 1932, só se igualaria ao dos homens na Constituição de 1946, quando o alistamento feminino deixou de ser facultativo” (BIROLI, 2018, p. 177) e ainda assim muitos países, após a conquista do voto feminino, sofreram restrições postas por períodos ditatoriais e, como sabemos, o Brasil está entre eles, tendo enfrentado 21 anos de Regime Militar.

[...] muitas das mulheres brasileiras que têm participado da política institucional nos anos recentes [...] atuaram em organizações clandestinas e mesmo de luta armada na juventude. A violência não foi neutra em termos de gênero. Estão documentadas práticas de tortura a mulheres, que incluíram a violação e formas específicas de humilhação e terror, assim como perseguição a homossexuais e o combate ao “homossexualismo” (BIROLI, 2018, p. 177).

No período que vai da década de 60 a década de 80, a segunda onda do feminismo, algumas conquistas já teriam sido consideradas, como o acesso à educação e o direito ao voto, por exemplo, e então outros desafios estão postos, inclusive, por consequência do atraso pelas relações de gênero, algumas consequências que temos que lidar até os dias atuais. Pois, se antes a luta era para ter acesso à educação ou acesso aos lugares ocupados exclusivamente por homens, a luta passa a ser por melhores condições dentro desses espaços, por mais representatividade, seja nas academias, nos mercados de trabalho ou na política ou qualquer outro lugar de representação de poder e privilégios, que tornavam e tornam ainda claras as divisões existentes entre os diferentes sexos. Entre as pautas centrais desse período estão a emancipação feminina e o uso de pílulas anticoncepcionais, devido a crescente ocupação das mulheres no mercado formal e o maior acesso às universidades, portanto, a preocupação planejamento familiar (uma preocupação das mulheres, já que a elas são atribuídas o cuidado com os filhos e a casa) tornar-se possível e assim também uma certa independência política e financeira para algumas, destaca-se ainda que apesar dos direitos representarem conquistas dentro do sistema capitalista.

É claro que a conquista de direitos pelas mulheres não se faz, necessariamente, na contramão dos interesses dominantes [...]. Pode, por exemplo, haver avanços nos direitos sexuais e reprodutivos e nas exigências de equidade na remuneração de mulheres e homens, enquanto as taxas de exploração do trabalho e a concentração de renda se ampliam, aprofundando desigualdades de raça e classe (BIROLI, 2018, p.201).

Como também explicitou a Prof.<sup>a</sup> Joana Maria Pedro (2005), esses direitos podem ser justificados inclusive por argumentos e medidas conservadoras, como os que levaram à aprovação da pílula anticoncepcional, defendida não pela perspectiva de independência e do planejamento familiar das mulheres, mas para a redução da população negra e pobre. Entretanto, com esse “avanço” a partir da existência de métodos contraceptivos e ao se observar que este direito não serviria apenas para os interesses da classe dominante, vão se encontrar também muitas barreiras. As lutas feministas passam a incluir em sua agenda a defesa do uso de anticoncepcionais e a descriminalização do aborto como escolha das próprias

mulheres. Os debates vão se ampliando, alguns vão além de mudanças dentro da própria estrutura, buscando a superação dela, a exemplo do *movimento de liberação das mulheres* na década de 1960, o fim do patriarcado, críticas à “ditadura da beleza” e a desigualdade salarial baseado em concepções de gênero — pautas que, infelizmente, não puderam ser superadas até os dias de hoje e cuja superação ainda é um vislumbre muito distantes.

Ao explicar as barreiras à atuação política delas, as análises têm se voltado para sua ausência e para as restrições à sua atuação; por outro lado, cabe lembrar que a ação organizada das mulheres tem seguido cursos alternativos e produzido efeitos também no âmbito estatal. [...] estabelecem-se reações e controvérsias porque as mulheres e seus movimentos têm encontrado maneiras de dar visibilidade a suas reivindicações e promover pautas recorrendo a campanhas, protestos, marchas e formas de participação nos espaços institucionais não restritos às disputas eleitorais (BIROLI, 2018, p. 174).

Vejamos isso no próprio contexto brasileiro, em plena Ditadura Militar, quando as minorias representativas não contavam com nenhuma forma com o “apoio” do Estado — muitos direitos humanos foram atacados, representando um dos maiores períodos de retrocesso da história e mesmo assim as mulheres deram visibilidade para o movimento feminista brasileiro da época.

Cynthia Sarti (2001) Faz uma análise do feminismo no contexto brasileiro durante esse período, destacando sua importância diante das construções possíveis à época e afirmando que “[...] Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal” (SARTI, 2001, p. 36). Diante desse mesmo cenário, em 1975 a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o Ano Internacional da Mulher, que motivou ainda mais a atuação de movimentos atuantes de forma clandestina, como o *Brasil Mulher, o Nós Mulheres e o Movimento Feminino pela Anistia*, existentes em São Paulo. Devemos destacar também que o período ditatorial valeu-se de forma específicas de tortura para as mulheres, baseadas em padrões de gênero e que por isso

[...] a presença da mulher como protagonista na resistência à ditadura e, pela primeira vez, como vítima de uma violência específica. Os depoimentos femininos foram contundentes em revelar um corpo ferido e torturado com base naquilo que identifica o ser mulher em nossa sociedade, dada a forma específica de violência a que a repressão submeteu as mulheres militantes. Elas foram atingidas não apenas sexualmente, mas também por uma manipulação do vínculo entre mãe e filhos, uma vez que esse vínculo torna a mulher particularmente vulnerável e suscetível à dor (SARTI, 2001, p. 35).

A partir da década de 1980 (terceira onda), em um contexto muito mais favorável e com alguns direitos já conquistados, inclusive em um Brasil marcado pelo processo político de redemocratização, o acesso das mulheres à educação já está consolidado na maioria dos países e tem-se a ampliação do debate sobre sexo e gênero em universidades, organizações não governamentais (ONGs) e eventos que de apoio às mulheres. Entretanto, com o crescimento do debate feminista ampliaram-se também os ataques conservadores às pautas do movimento feminista — o que ficou conhecido como *backlash*<sup>12</sup> (antifeminismo).

Entre as diversas teorias convergentes e divergentes do feminismo estão as liberais e ultraliberais, que, acerca das desigualdades sociais, conforme Flávia Biroli,

As abordagens ultraliberais operam no sentido de justificar essas desigualdades e a concentração de poder, criando uma dissociação entre o problema da liberdade e os circuitos das desigualdades. Entre as abordagens liberais igualitárias, em contrapartida, a conjunção da dualidade estreita o âmbito da crítica às formas de reprodução das desigualdades de recursos e de poder. Esse foi e continua sendo um eixo central na crítica feminista, internamente ao liberalismo, e de perspectivas socialista e antirracistas (BIROLI, 2018, p. 63).

A quarta onda feminista, identificada a partir de 2015, principalmente como reação as propostas conservadoras em pleno século XXI e que ganharam força principalmente com o uso de meios virtuais e da internet como mais um espaço para o debate e a organização dos movimentos na contemporaneidade. O que pode ser chamado por alguns de “ciberfeminismo”, um termo que vem ganhando espaço desde a década de 1990, como afirmam Olívia Perez e Arlene Ricoldi (2019), tomado como referência Marieta Cazarré (2016) e Ana Cláudia Felgueiras (2017). Sobre os estudos da quarta onda feminista no Brasil, elas caracterizam essa era principalmente como um movimento formado por jovens e no qual tem centralidade não as pautas, mas a massificação do movimento, que pode embasar-se em diversas questões ao mesmo tempo. Sendo assim, “Vivemos um momento de multiplicação dos campos feministas no qual a internet não atua apenas como ferramenta de organização: ela é uma extensão desses campos” (TOLEDO, 2017 *apud* PEREZ; RICOLDI, 2019, p. 9). Mas é claro que além de considerar as características e possibilidades da corrente onda feminista, a autoras também não deixaram de pontuar seus limites, a exemplo do baixo acesso a direitos já postos em nações como o Brasil. Mas seguimos contando com a era *cyber* como origem de uma ferramenta essencial na massificação de informações e pautas importantes.

---

<sup>12</sup> Termo que designa reações conservadoras a temas políticos e polêmicos como os debates feministas.

Ademais, a internet permite que os movimentos feministas entrem em contato com ideias desenvolvidas em outros países, possibilitando uma atuação transnacional. A diminuição de fronteiras entre os movimentos sociais, intensificada pelos meios de comunicação digitais, permite que discussões e mobilizações estejam sendo feitas em vários países cheguem ao Brasil (PEREZ; RICOLDI, 2019, p. 10).

Observamos o surgimento de várias vertentes do feminismo, além do liberal (um dos mais difundidos e o feminismo modelo que tivemos durante muito tempo), temos ainda feminismo radical, feminismo negro e o feminismo marxista, por exemplo. Reconhece-se que alguns apresentam debates mais limitados e outros mais abrangentes, como o feminismo interseccional (a interseccionalidade é vista de muitas formas: como conceito, como ferramenta de intervenção política, como identidade política), que no geral tem em seu entendimento a concepção de entrecruzamento das opressões. É ainda na atual onda feminista que observamos também a aproximação do movimento com outras pautas, como já citamos, o alinhamento com o movimento LGBTQIA+. “Na fase atual do feminismo, ‘o racismo e a desigualdade em geral’ seriam articuladores discursivos, em vez da noção enfraquecida de diversidade legada pelos anos de 1990 (BIROLI, 2018, p. 199).

Dentro das discussões e vertentes consideradas mais limitadas estão os feminismos *radical e liberal*, priorizando algumas questões e excluindo outras não menos importantes, pelo contrário. Sendo assim, é importante dizer que desse ponto de vista

[...] as feministas liberais e radicais tiraram a questão de raça da discussão, priorizando as necessidades das mulheres brancas que querem sair de casa para trabalhar, esquecendo que as necessidades das mulheres negras fogem dessas pequenas questões. [...] A verdade é que, embora todas soframos a opressão misógina na sociedade capitalista, nossa opressão assume diferentes formas (ARRUZZA, 2019 *apud* SANTANA; SANTANA; JÚNIOR, 2021).

Como todo movimento social (e diferente do que pregam os antifeministas), o feminismo é um movimento plural no qual o conceito geral é a crença e a defesa da igualdade de direitos para todos, não simplesmente a “inversão de papéis” como sugerem alguns, mas a liberdade de escolha e a crítica às normas impostas na construção de gêneros e sexo e aos papéis a eles atribuídos. Como afirmou a escritora Marie Shear (1986, online), “[...] o feminismo é a ideia radical de que mulheres são pessoas” e como tal, não devem ser desmerecidas ou desacreditadas com base no sexo/gênero.

Vale destacar ainda que, apesar de ser um movimento surgido principalmente das camadas mais privilegiadas socialmente, não foi composto só por estas. Mulheres das camadas não tão privilegiadas, mulheres negras e de classes menos abastadas constroem

também o movimento desde o princípio; no entanto, não eram representadas em muitas partes. Com algumas mudanças e ao atravessar algumas ondas, a ampliação do movimento e a criação de variadas vertentes passam a dialogar cada vez mais com as camadas mais populares da sociedade.

Encontrar causas comuns e construir empatia é difícil, não importa que lado dos privilégios nós habitamos. Construir empatia do lado dominante dos privilégios é difícil, simplesmente porque pessoas de ambientes privilegiados não são encorajadas a fazê-lo. Por exemplo, para que os brancos, entre vocês, desenvolvam empatia com pessoas de cor, eles devem se confrontar com o fato de que sua cor de pele lhes privilegiou. Isso é difícil de ser feito, não apenas porque implica em processos intelectuais de perceber como a branquitude é valorizada em instituições e símbolos, mas também envolve o processo, muitas vezes doloroso, de ver como a branquitude moldou sua biografia. Posturas intelectuais contra as dimensões institucionais e simbólicas do racismo geralmente são mais fáceis de sustentar do que autorreflexões sobre como o racismo moldou nossas biografias individuais (COLLINS, 2015 *apud* CLEMENTE, 2019, p. 88).

No artigo *Feminismos: delas par todes*, os autores buscam retratar o conceito de algumas vertentes, afirmando que cada uma, apesar das singularidades, pode também ter pontos convergentes

Cada vertente tem um entendimento diferente sobre a origem da opressão da mulher e sobre o que precisa ser feito para acabar com essa opressão. Elas falam sobre a luta pela igualdade, sobre os obstáculos no mercado de trabalho, sobre como o patriarcado se solidificou em uma estrutura social que sustenta uma série de pressões contra a mulher, que mesmo sendo diferente, as vertentes podem sim ter pontos em comum (FERNANDES *apud* SANTANA; SANTANA; JÚNIOR, 2021).

E hoje, numa fase pós-moderna do feminismo, observamos mais a associação e a visibilidade que estão tendo vias mais interseccionais do movimento — como o feminismo negro, feminismo lésbico, feminismo lésbico negro, feminismo trans, dentre outros —, que acentuam os diversos cruzamentos entre gênero, sexualidade e identidades, que são necessários e devem ser pautados, mas ficaram por muito tempo “esquecidos” dentro das pautas do “feminismo tradicional” e dominante.

No mais, como já afirmamos, há contradições dentro e fora do movimento, pois vivemos numa sociedade estruturalmente contrária aos interesses das mulheres. Particularidades também precisam ser consideradas e vivências são experienciadas de diversas formas por diversas mulheres, por isso a importância de entender o movimento feminista, suas vertentes e a realidade social e dinâmica na qual vivemos. Biroli (2018) afirma que a radicalidade do movimento feminista se deve a dois fatores: a organização de mulheres

em grupos marxistas e socialistas e ainda ao protagonismo das mulheres negras contestando e debatendo a associação de raça e hierarquização dentro do movimento.

Dentro da corrente feminista marxista, tem-se a perspectiva de que as mulheres são duplamente exploradas: “[...] oprimidas como mulher e exploradas como trabalhadoras” afirmam Santana, Santana e Júnior (2021), retratando as questões de opressão dentro das esferas pública e privada, entendendo um lugar de poder que é detido pelo sexo masculino. Compreendendo a estreita relação com o capitalismo, os autores defendem ainda que a superação dessa condição de opressão das mulheres também só seria possível com a superação desse sistema de produção.

São muitos os estereótipos preconceituosos ligados às mulheres até hoje. Em um de seus discursos, Chimamanda Ngozie Adichie revelou o pensamento machista e misógino da sociedade ao relatar que “No nosso mundo, um homem é confiante mas uma mulher é arrogante, o homem é assertivo mas a mulher é agressiva, o homem é um líder mas a mulher é controladora” (ADICHIE, 2018). A visão generalista e negativa que se tem das mulheres numa sociedade patriarcal e sexista faz com que entendamos que atitudes semelhantes geram aprovação ou repúdio, dependendo de quem reproduz o pensamento ou ação.

A luta das mulheres sempre sofreu muitas distorções pelo discurso da classe dominante, principalmente pelo que mais temem em reconhecer e perder os próprios privilégios na ordem social atual, pois são os mesmos que criam e reproduzem o pensamento burguês e o mantêm engendrado no senso comum. Podemos dizer ainda que muito dos mitos dentro dos discursos anti-feministas em geral se dão ou pela covardia e o medo de reconhecimento e perda de privilégios ou na crença em mitos e a má interpretação do discurso feminista. Além disso, dentro das contradições dos feminismos, algumas vezes se encontram brechas que podem e devem gerar críticas e debates necessários ao próprio movimento. As interferências capitalistas são vistas em todas as relações sociais e a ampliação do movimento não só por identitarismo pode nos levar a compreensão de que o feminismo é importante não só para mulheres. Em *O feminismo é para todos*, de autoria de bell hooks, a pesquisadora aprofunda a necessidade do apoio de toda a sociedade para a importância da diminuição e/ou superação das desigualdades de classe gênero e quaisquer outras formas de desigualar e tornar vulneráveis as pessoas.

O feminismo foi se expandindo dentro desse quadro geral de mobilizações diferenciadas. Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês, e para muitos homens e mulheres,

independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação antifeminina. A imagem feminismo versus feminino repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes. A autodenominação feminista implicava, já nos anos 1970, a convicção de que os problemas específicos da mulher não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio (SARTI, 2001, p. 39).

É importante sinalizar ainda que o feminismo universal (feminismo liberal, o feminismo branco e norte- americano) continua sendo muito difundido no mundo todo. O patriarcado está presente no mundo todo, como parte da estrutura capitalista, e o movimento de mulheres feministas, a resistência a essa estrutura de dominação também estão presentes, de algum modo, desde sempre. As violências direcionadas a elas no mundo todo as levaram a questionar todas as desigualdades de gênero e outros indicadores sociais que, associados ao gênero, aprofundaram essas diferenças entre ser homem e ser mulher em diversas sociedades. Por isso, mais uma vez, deve-se considerar também a cultura, a formação sócio-histórica e as especificidades pelas quais se expressam essas desigualdades.

O pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras. Diversas premissas fundamentam essa definição em construção. Primeiro, a definição sugere que é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras. [...] em segundo lugar, a definição assume que mulheres negras defendem um ponto de vista ou uma perspectiva singular sobre suas experiências e que existirão certos elementos nestas perspectivas que serão compartilhados pelas mulheres negras em grupo. Em terceiro lugar, embora o fato de se viver a vida como mulher negra possa produzir certas visões compartilhadas, a variedade de classe, região, idade e orientação sexual que moldam as vidas individuais de mulheres negras tem resultado em diferentes expressões desses temas comuns (COLLINS, 2016 *apud* CLEMENTE, 2019, p. 90).

Numa realidade em que “ser mulher” é impossível sem considerar outros fatores, já que “[...] a sexualidade inexistia como uma realidade autônoma”, afirma Cynthia Sarti, “Evidenciava-se o descompasso entre seu discurso e aquele do feminismo que se instituía no Brasil, o que aponta para a relevância social e política de pensar os limites do feminismo em sua perspectiva universalista” (SARTI, 2004, p. 44). Sendo assim, referenciamos aqui as palavras de Lélia Gonzalez, relacionadas ao que disse Sarti sobre as primeiras formas de feminismo no Brasil: o movimento feminista nasceu dos setores mais avançados da classe média e, não por acaso, falhou em não abordar a questão racial de forma mais incisiva — fato esse que também tem raízes históricas e culturais.

Sendo assim, é importante destacar a ineficiência de um feminismo que não reconhece ou não apoia as diferentes pautas de desigualdade e opressões dentro da sociedade capitalista,

além de ser conveniente para o sistema quando reproduz argumentos conservadores, com teorias simplistas dentro da perspectiva do direito e não da superação de todas as desigualdades, para além da diminuição das diferenças de gênero entre mulheres e homens, o que seria inimaginável na nossa sociabilidade. Além disso, são atitudes pouco efetivas para conquistas desses direitos atualmente: por que ainda estamos queimando sutiãs? É um dos questionamentos feitos por vários ativistas que compreende a pouca efetividade dessas ações, a exemplo do que cantou Bia Ferreira<sup>13</sup> em *de dentro do AP* (2019), que também questiona em sua música para quem chega este feminismo. Aqui destacamos, portanto, a importância de pensar o feminismo, dentro da perspectiva latino-americana da inexistência de uma categoria universal de mulheres e, especificamente, do ponto de vista e do lugar das mulheres negras nesse contexto.

### **3.1 Mulheres negras e Movimento Feminista: “carrego a pele de quem tem que se importar com cor” (Cristal)**

Por muito tempo a raça foi tratada como problema exclusivo das pessoas negras, assim como as diferenças na constituição de gênero e do feminismo ficaram por muito tempo (e ainda ficam) como questões das mulheres. Entretanto, apesar de serem os grupos mais afetados negativamente por essa estrutura desigual. Deve-se ter a compreensão de que toda a sociedade sente os efeitos desta organização, constituindo-se relações de poder e exploração, como aponta Matilde Ribeiro (1995):

Até hoje, entre nós feministas no Brasil, a questão racial tem geralmente ficado a cargo das mulheres pretas, como se apenas elas fossem marcadas pela raça. Sendo assim, afirma que é necessário começarmos a compreender que raça assim como gênero se constitui em relações de poder e, portanto, determina tanto a vida de mulheres e homens brancos como a de homens e mulheres pretos (RIBEIRO, 1995, p. 448).

Em uma palestra na qual retrata “a urgência da interseccionalidade”, Kimberlé Crenshaw (2016) ressalta que o racismo e o sexismo se sobrepõem frequentemente e criam diferentes níveis de injustiça social “[...] raça, gênero, heterossexismo, transfobia, xenofobia, discriminação pela condição física, todas essas dinâmicas sociais se unem e criam desafios bastante únicos” (CRENSHAW, 2016, n.p.).

---

<sup>13</sup> Ativista, compositora e cantora brasileira.

As pesquisadoras Caroline Laiza e Carolina Andrade (2021), da página @lascarolitas no Instagram, descrevem ainda a interseccionalidade como ferramenta metodológica “[...] que busca compreender que o sistema de dominação são múltiplos e complexos [sic]” (LAIZA; ANDRADE, 2021). As feministas negras norte americanas instigaram, entre 1960 e 1970, o debate das conexões internas entre os diferentes sistemas de opressão — raça, classe, gênero e sexualidade — e no contexto latino-americano, nos anos 80, quando a América Latina vai demonstrar certo protagonismo em relação à construção e à contribuição em estudos de perspectivas interseccionais (LAIZA; ANDRADE, 2021, n.p.).

O feminismo negro difere do feminismo “universal”, pois vai ser compreendido a partir das questões patriarcais, de gênero, sexo e sexualidade, mas também a partir da raça como um dos elementos centrais para compreensão da realidade das mulheres brancas e não brancas. Essa questões vão ser discutidas mais incisivamente no Brasil entre as década de 1970 e 1980 (final da segunda e o começo da terceira onda feminista), quando o movimento feminista negro brasileiro começa a ganhar força.

De certo, mesmo que o movimento feminista negro só tenha se organizado posteriormente, isso não significa que as mulheres negras estiveram de fora de movimentos, mas sim que lidaram, por muito tempo, a falta de inclusão de pautas pertinentes às diferentes vivências e desigualdades, não incluídas nos debates feministas; sendo assim, elas tentaram resistir e articular sua participação da maneira possível. Vale destacar que esse deslocamento das mulheres negras se deu tanto dentro dos movimentos de mulheres — que deixavam de considerar e incluir a raça como um determinante estrutural de opressão em seus debates, além de muitas vezes reproduziam estereótipos racistas — como no movimento negro, pelas questões machistas e sexistas que não deixaram de reproduzidas também. “O movimento feminista ou de mulheres tem suas raízes nos setores mais avançados da classe média branca, geralmente “se esquece” da questão racial [...] E esse tipo de ato falho, ao nosso ver, tem raízes históricas e culturais profundas” (GONZALEZ, 1984, p. 7).

Nesse contexto, sobre as diferenças dentro da categoria gênero, Lélia Gonzalez (1984) ressalta sobre as diferenças históricas que acompanharam os movimentos, especificamente os avanços considerados pelo feminismo universal (feminismo branco), que não chegavam para todas e deixavam de considerar fatores importantes:

Se as transformações da sociedade brasileira nos últimos vinte anos favoreceram a mulher, não podemos deixar de ressaltar que essa forma de universalização abstrata encobre a vivida, e duramente pela grande excluída da modernização conservadora imposta pelos Brasil pós-64: A mulher negra (GONZALEZ, 1984, p. 6).

Ainda no artigo *Mulher negra*, Gonzalez (1984) aborda a participação da mulher negra e o crescimento dos movimentos sociais nesse período, destacando dois — o movimento negro e o movimento de moradores da favela. Destaca-se ainda a relação entre mulheres e homens negros dentro do movimento negro (MN), em que ela afirma:

Desnecessário dizer que o MN não deixava (e nem deixou ainda) de reproduzir certas práticas originárias de ideologia dominante, sobretudo ao que diz respeito ao sexismo, como já dissemos. Todavia, como nós mulheres e homens negros, nos conhecemos muito bem, [...] desenvolveram-se num plano mais igualitário cuja as raízes [...], provêm de um mesmo solo: a experiência histórico-cultural comum (GONZALEZ, 1984, p. 9).

E dessa experiência histórico-cultural comum entre homens e mulheres, podemos tomar como exemplos desde os castigos e violências, aos quais foram submetidos tantos os homens quanto as mulheres negras durante o período escravista ou até os dias de hoje, sob as condições de vulnerabilidade e postos de trabalho mais precarizados destinados à população negra. É dúbia a realidade das vivências das mulheres, que muitas vezes se encontram mais próxima dos homens negros (são os dois “blocos” mais próximos na representação da pirâmide social) do que das mulheres brancas. Entretanto, com as desigualdades estruturais do sexismo e do machismo afetando mais as mulheres do que os homens negros, obviamente. Essas diferenças entre mulheres brancas e negras também evidencia um padrão de feminilidade que continua sendo considerado. De qualquer forma, as mulheres negras permanecem as mais afetadas, por isso ocupam posição muito específica numa pirâmide social que nunca foi alterada.

Para que algumas relações sociais e de trabalho fossem alteradas ou “readequadas”, a participação e mobilização das mulheres negras foi indispensável, ocorrendo paralelamente ao movimento negro, principalmente pela vivência semelhante dentro do mercado de trabalho.

No que diz respeito aos primeiros grupos organizados de mulheres negras, durante esse período eles surgem no interior do movimento negro. E isso, em parte, se explica pelo fato de que os setores médios da população negra que conseguiram entrar no processo competitivo do mercado de trabalho no setor das ocupações não manuais, são aqueles mais expostos às práticas discriminatórias (OLIVEIRA, PORCARO e ARAÚJO COSTA 1980 *apud* GONZALEZ, 1984, p. 7).

São várias questões sobre a complexa relação entre os grupos sociais aos quais as mulheres negras estão vinculadas, trazendo sua aproximação com algumas vivências semelhantes as dos homens negros, o que pode dizer muito sobre o motivo do protagonismo

dessas mulheres, especificamente dentro do MN e ainda reafirma o discutido no primeiro capítulo (seção 1.2), sobre o pensamento social subordinado e o imaginário social brasileiro, a medida que negros passam a ocupar (mesmo que representando a exceção) espaços privilegiados, antes ocupados apenas por brancos. Ainda assim, vale ressaltar que, apesar da raça ser um dos determinantes mais estruturantes do sistema global e com suas especificidades em cada país, assim como o sexismo e suas formas de opressões.

Flávia Clemente (2019), ainda destaca em sua tese a influência de feministas negras norte americanas para o movimento feminista negro brasileiro, assim como também destaca as interferências da burguesia conservadora do país.

Em virtude das intensas lutas contra o racismo e contra as políticas segregacionistas nos Estados Unidos da América identificamos a contribuição de importantes intelectuais negras na formação do feminismo negro. É preciso destacar que a sociedade norte-americana, após a segunda guerra mundial desponta e se consolida como uma superpotência econômica e militar mundial. Sua área de influência na América Latina e no Brasil é conhecida e já descrita em obras como a de Eduardo Galeano: *As Veias Abertas da América Latina*, publicado pela primeira vez em 1971 (CLEMENTE, 2019, p. 77).

Clemente (2019) ressalta ainda as motivações e o surgimentos de lideranças diante das contradições postas também nos Estados Unidos, após a 13ª Emenda Constitucional e a lei anti-segregação de 1964. Dentre as protagonistas da luta antirracista, a autora cita Audre Lorde, Patrícia Hill Collins, Sojourner Truth, bell hooks e Angela Davis, intelectuais, filósofas, sociólogas e ativistas que tiveram e continuam tendo bastante influência também no movimento negro brasileiro; destacando o desenvolvimento do feminismo negro da época na década de 1970 e a importância de unir teoria e prática, denunciando o apagamento desses sujeitos femininos na história. Além disso, Flávia Clemente aponta ainda características importantes do movimento e afirma que “[...] o desenvolvimento do feminismo negro nos Estados Unidos é pautado por críticas ao feminismo branco e ao racismo” (CLEMENTE, 2019, p. 78). Assim como o patriarcado, dentro do movimento negro

Sojourner inspirou o título do livro: *Ain't I a Woman: Black Women and feminism*, de Bell Hooks. No livro, a autora faz uma análise criteriosa dos efeitos do racismo e do sexismo nas mulheres negras. Argumenta que no decorrer do século XX, entre 1930-1940 a pauta central das mulheres negras nas lutas era a opressão gerada pelo racismo. Relata que a luta pelos direitos civis iniciada na década de 1950, a prevalência do sexismo ocorreu, e se estabelece na década de 1960 o patriarcado negro masculino, em que o esforço era de secundarizar o papel das mulheres negras no movimento (CLEMENTE, 2019, p. 81).

Outro ponto importante a ser dito é que quando falamos em mulheres negras, enquanto grupo social, aparentemente, algumas pessoas podem entender que são um bloco unitário e homogêneo. Contudo, vale destacar a existência da diversidade dentro da categoria mulheres negras, que não podem ser consideradas (e não são) um bloco único. Todas as pessoas têm suas especificidades e vão encontrar algumas semelhanças entre si, entre as muitas injustiças sociais, e é bom ficarmos alertas a isso, porque muitas vezes os estereótipos que as cercam se valem disso, colocando-as como todas iguais. Assim como, conforme Collins (2015), ninguém é tão abrangente a ponto de compreender todas as questões em sua totalidade e complexidade.

Nenhum/a de nós sozinha possui uma visão abrangente de como raça, classe e gênero operam como categorias de análise ou como elas podem ser usadas como categorias de ligação e conexão. Nossas biografias pessoais nos oferecem visões parciais. Poucos podem dar conta de estudar raça, classe e gênero simultaneamente. Ao invés disso, cada um e cada uma de nós sabem mais sobre alguma das dimensões dessa ampla história e menos sobre outras. [...] não temos todos e todas que fazer a mesma coisa da mesma maneira. Pelo contrário, nós temos que apoiar os esforços umas/uns da/os outras/os, percebendo que somos parte de uma empreitada maior que busca provocar mudanças sociais (COLLINS, 2015 *apud* CLEMENTE, 2019, p. 88).

Porém,

Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringe oportunidades. Ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão universal. Uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experienciar gênero de uma outra forma. Segundo Collins, a teoria do ponto de vista feminista precisa ser discutida a partir da localização dos grupos nas relações de poder. Seria preciso entender as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade como elementos da estrutura social que emergem como dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades (RIBEIRO, 2017 *apud* CLEMENTE, 2019, p. 76).

A trajetória do feminismo negro, brasileiro ou norte-americano, vista por uma perspectiva interseccional, deixa claras as diferenças sobre a raça e classe como determinantes fundamentais para essas considerações de gênero — que por muito foi ignorada, não apenas por homens brancos e negros. Por isso, muitas vezes as mulheres negras continuam não se sentindo representadas por movimentos feministas e buscam outras alternativas de organização social, a exemplo do feminismo negro e do mulherismo africano<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> Collins, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. *Cadernos Pagu*, n. 51, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700510018>. Acesso em: 2 jun. 2022.

### 3.2 Mais do que números: o perfil das mulheres negras no Brasil

Apesar de ser maioria no Brasil, estatisticamente as mulheres negras continuam sendo sub representadas e somente consideradas como maioria entre os piores índices: minorias na política, com baixos níveis no acesso a educação e ao mercado de trabalho formal, entretanto, maioria em postos de trabalho vulnerabilizados, estando entre os principais serviços para essas mulheres o trabalho doméstico, além disso, são as mais violentadas de todas as formas possíveis, sendo inclusive as principais vítimas de feminicídio no país, diria que muito desses exemplos e dados aqui trazidos, representam as semelhanças e consequências do escravismo.

A mulher negra respondia por cerca de um quarto da população brasileira “Eram quase 50 milhões de mulheres em uma população total que, naquele ano, alcançou 191,7 milhões de brasileiros(as)” (Ipea, 2013, p.21). Os dados, apesar de não compreenderem a realidade em sua totalidade demonstraram-se importantes indicadores para a criação e implementação de políticas públicas por exemplo, hoje sabemos que o Brasil é um país de maioria negra/pardos representados por mais de 54% da população, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014, pode-se afirmar ainda que essa maioria é caracterizada por mulheres que não estão representadas em quase todas as esferas sociais a depender da cor/raça e classe social, à exemplo dos cargos políticos:

De toda a população brasileira, quase 52% são mulheres, mas estas não estão devidamente representadas, afinal, se mais da metade dos brasileiros são do sexo feminino, os políticos eleitos também deveriam seguir o mesmo percentual ou ao menos se aproximar desta proporção. Nos cargos em que temos mulheres eleitas, a presença delas se limita em 16% no máximo (FONTES, 2021, n.p.).

De acordo com a pesquisa de Silva (2014), dentro da realidade brasileira, principalmente com base em fatores socioeconômicos, o maior nível de desigualdade está entre a mulher negra que vive na zona rural do nordeste brasileiro e o homem branco que vive em área urbana, no centro-sul do Brasil. Vejamos:

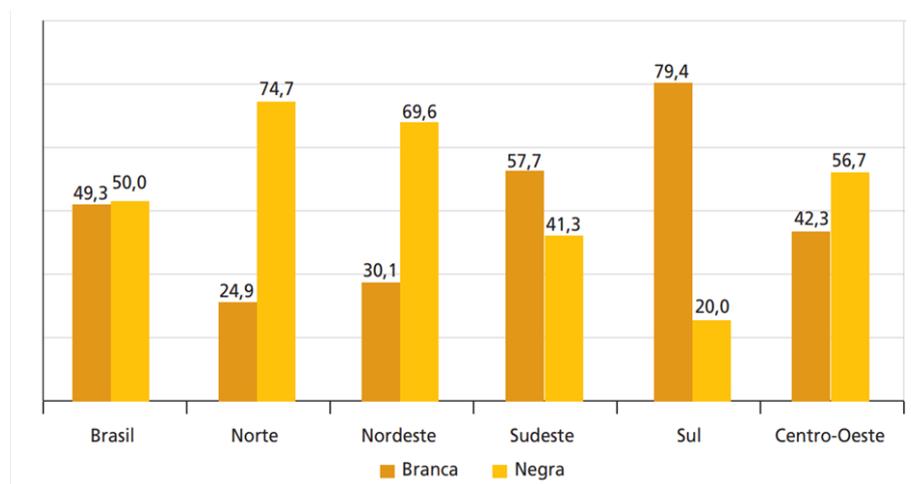
O que os dados nos apontam é que, em 2003, o país tinha 173.936.282 pessoas, sendo que a grande maioria, cerca de 82%, viviam em zonas urbanas e 18% em zonas rurais. A composição por raça/cor era: 52,7% de brancos, 41,4% de pardos; 6% de pretos; 0,4% amarelos e 0,2% indígenas. Isso significa que quase metade da população brasileira é potencialmente vítima das discriminações raciais e sofre com as desigualdades – educacionais, no mercado de trabalho, no acesso a bens e serviços. Seguindo a mesma lógica, mais da metade da população está sujeita às diversas formas de discriminação em função de seu sexo: em 2003, o Brasil era composto por 48,8% de homens e 51,2% de mulheres (BRASIL, *S.d.*, p. 4).

Como já demonstrado através dos dados, percebemos que os períodos de crise acompanham os critérios de desigualdade já determinados historicamente. Entre o final de 2019 e o início de 2020, o começo da pandemia do novo coronavírus evidenciou os níveis de vulnerabilidade, tornando-os ainda mais graves e resultando em alto número de mortes, desemprego, aumento da fome e a falta de acesso a outros diversos setores como a educação e saúde, já tão desiguais.

O desemprego causado pela pandemia trouxe marcas mais profundas para a população negra e periférica, que historicamente sempre teve menos acesso aos postos de saúde, ao saneamento, às moradias dignas e às oportunidades de emprego. Com a chegada da covid-19, essa desigualdade ficou mais acentuada. Além de terem menos espaço no mercado de trabalho, as mulheres enfrentam ainda outro problema: a dupla jornada. Durante a pandemia, as mulheres que mantiveram seus empregos se viram às voltas com questões extras de educação, lazer e entretenimento dos filhos, que passaram a ficar em casa com o fechamento das escolas. Segundo pesquisa divulgada pela Gênero e Número, 41% das mulheres que mantiveram seus trabalhos durante a pandemia afirmaram que passaram a trabalhar ainda mais agora (OXFAM BRASIL, 2020, n.p.).

O dossiê sobre as condições de vida das mulheres negras brasileiras (2013), organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) considerando a comparação de raça/cor entre as mulheres brancas e negras, demonstra o aumento de mulheres autodeclaradas pretas no país entre 1995 e 2011, além de apontar a porcentagem por regiões.

**GRÁFICO 1 – Distribuição de mulheres, segundo a raça/cor – Brasil (2009)**



Fonte: reproduzido de IPEA *et al.* (2011).

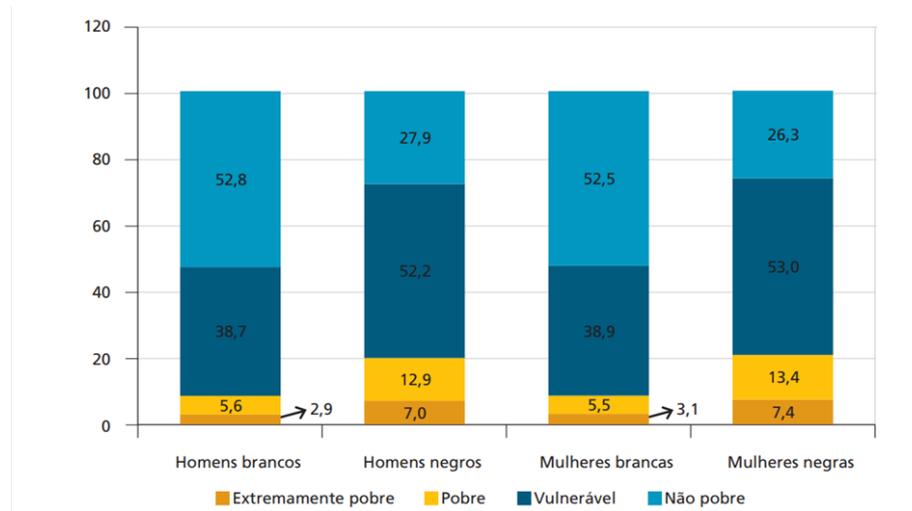
Sendo assim, o Brasil constitui-se majoritariamente por mulheres autodeclaradas negras, principalmente nas regiões norte e nordeste do país, sendo a região sul a que mais varia do restante da população nacional, tendo sua maioria de mulheres brancas. Outro dado importante presente no documento é o retrato da expectativa de vida dos brasileiros, considerando os mesmos indicadores de raça/cor e tendo a população negra uma perspectiva relativamente menor de vida — são mostradas algumas hipóteses de longevidade menor entre as mulheres negras, diga-se de passagem, nenhuma novidade:

Enquanto 42,6% das negras tinham até 24 anos, as mulheres brancas na mesma faixa de idade respondiam por 37,1%. No outro extremo, tem-se que as negras de 60 anos ou mais eram apenas 10,3% do total, enquanto as brancas alcançaram 14%. Apesar de ser uma diferença pequena, é possível levantar algumas hipóteses relacionadas aos maiores índices de violência enfrentados pelos(as) jovens negros(as) e pela maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde e infraestrutura social por parte da população negra. Isto significa, portanto, uma menor expectativa de vida para a população negra em comparação à branca (MAZZINI *et al.*, 2013, p. 22).

Desde o capítulo 1 deste trabalho, discutimos a relação das mulheres negras e como a estrutura social é condicionada a manter a tal pirâmide social e dessa forma a desigualdade na distribuição de riquezas. O dossiê sobre as condições de vida das mulheres negras no Brasil também traz dados sobre a pobreza dos brasileiros, reafirmando essa desigualdade, e salienta, através de números, que

Entre o contingente que vivenciava, em 2009, a extrema pobreza, 48% eram homens, 52%, mulheres, e aproximadamente, 74% deste contingente era constituído por pretos, pardos e indígenas. Entre os pobres, a divisão entre os sexos e grupos raciais não apresenta variação relevante em relação ao estrato inferior,<sup>7</sup> o que vai determinar o perfil dos 14% da população situada entre estes dois grupos (OSORIO *et al.*, 2011). [...] a pobreza, nas duas camadas em análise, é experimentada por 21% das mulheres negras. (MAZZINI *et al.*, 2013, p. 115).

**GRÁFICO 2 – Distribuição da população por sexo e cor/raça, segundo a situação de pobreza definida com base no Programa Brasil Sem Miséria – Brasil (2009)**



\* A composição da população negra engloba pretos e pardos.

Fonte: reproduzido de IPEA *et al.* (2011).

[...] a vulnerabilidade da população negra e pobre nos grandes centros urbanos é gigantesca, como comprova o estudo intitulado Trabalho Decente e a Juventude no Brasil, organizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2009), que defende que, a localização geográfica juntamente com os fatores de não acessibilidade à saúde, educação e moradia formam um círculo vicioso que impedem o jovem negro de chegar na faixa etária adulta com plenas condições de disputar um espaço no mercado de trabalho, que se caracteriza pela competitividade (SILVA; CHAI, 2018, p. 996).

Os dados só tornam mais claras as desigualdades vividas entre a população negra e branca do Brasil, deixando óbvio, mais uma vez, que o componente de raça/cor destina lugares bem específicos a homens brancos e mulheres brancas em um nível mais próximo e a homens negros e mulheres negras em condições socioeconômicas mais semelhantes. Assim, permanecem as mulheres negras sempre no nível mais baixo de poder aquisitivo e como base dessa estrutura social — ou seja, as mais exploradas dentro desse sistema “heteropatriarcal-racista-capitalista”.

#### 4 SAÚDE MENTAL E CONSERVADORISMO

Nos capítulos anteriores, demonstramos as interferências do racismo e do sexismo nas relações sociais, de trabalho, econômicas e na saúde. Neste trataremos especificamente da questão da saúde mental e sobre como as adequações de uma sociedade que mantém suas “bases colonialistas” conservam as desigualdades entre homens e mulheres e “pessoas de cor”.

No trecho da música *boa esperança* (2015), o rapper Emicida retrata parte da realidade vivida pela população negra, desde a diáspora africana até a violência institucional por ela sofrida na atualidade, além da “invisibilidade” ou a pouca importância aos problemas enfrentados por pessoas que vivem à margem da sociedade:

[...] Nessa equação chata, polícia mata, plow!  
Médico salva? Não! Por que? Cor de ladrão.  
Desacato? invenção. Maldosa intenção.  
Cabulosa inversão, jornal: distorção.  
Meu sangue na mão dos radical cristão,  
Transcendental questão, não choca opinião  
Silêncio e cara no chão, conhece?  
Perseguição se esquece? Tanta agressão enlouquece (EMICIDA, 2015).

No artigo *Manicômios, prisões e liberdade: entre o pessimismo da razão e o ideal de igualdade* (2016), escrito por André Ricardo Neder, demonstra-se, através de relatos do final da década de 1970, o cenário brasileiro e a forma de lidar com a questão da saúde mental através do controle. O artigo começa falando do psiquiatra Franco Basaglia<sup>15</sup>, de sua importância diante do movimento crítico em relação à psiquiatria e às mudanças que foram possíveis através de sua análise; em suas palestras, o autor pontuava claramente:

[...] sobre o controle que a psiquiatria exercia sobre a população, em especial às classes miseráveis; e expunha o uso perverso do discurso científico dessa disciplina que, utilizando-se da instituição manicômio, fazia a gestão das massas de indesejáveis do ponto de vista econômico (na figura daqueles que não produzem), social (na figura daqueles que não seguem a ordem moral) e político (na figura daqueles que não obedecem ao regime vigente) (NEDER, 2016, p. 3).

Além de usar casos concretos como exemplos e conquistas específicas da luta antimanicomial, entre elas:

<sup>15</sup> [...] renomado psiquiatra italiano Franco Basaglia. Principal animador do movimento de Psiquiatria Democrática da Itália e feroz crítico do opressivo poder que a psiquiatria exercia — e ainda exerce — sobre a população (NEDER, 2016, p. 3).

[...] mudanças de papel conquistadas juntos aos trabalhadores do manicômio de Gorizia, permitindo uma maior horizontalidade nas relações entre profissionais e pacientes; a abertura do manicômio em Trieste, e a promulgação da Lei 180 na Itália, que impedia a construção de novos manicômios, incentivava a desativação dos existentes e extinguiu a atribuição de periculosidade à doença mental (NEDER, 2016, p. 3).

Contudo, a passagem de Basaglia pelo Brasil aparentemente o fez ver outra dimensão da realidade, no Hospital psiquiátrico de Barbacena (conhecido como cidade ou colônia dos loucos), em Minas Gerais, o psiquiatra não conseguiu executar sua agenda de palestra diante do tamanho horror presenciado, chegando a comparar a um campo de concentração (NEDER, 2016 p. 3). Também somente após sua visita e a criticidade do que presenciou se deram algumas mudanças por aqui, mas a lógica estruturante e o “apartheid” construídos entre os diferentes (mulheres e homens, brancos e pretos, normais e loucos) continuam a existir.

Na nossa sociedade as relações sociais estão diretamente relacionadas ao modo de produção, logo, os sujeitos que apresentaram padrões diferentes do determinado pelo sistema são considerados pouco úteis ou inúteis. Podemos afirmar ainda que a saúde mental se associa à capacidade de ser produtivo, pela capacidade de recuperar-se do estresse cotidiano e o pleno uso de suas habilidades em qualquer atividade. Fica evidente como até o conceito de saúde está ligado à funcionalidade do sistema capitalista e à necessidade de ser produtivo, quando não determinados “incapazes”, invisibilizados ou excluídos; para esses, mais que o “apagamento social”, são destinados espaços específicos para tornar efetiva essa exclusão, citamos como exemplo de uma relação muito próxima o sistema prisional brasileiro e os hospitais psiquiátricos.

O lugar de doente mental é com certeza o principal, mas junto dele vêm também diversos outros, como o de miserável, incapaz, improdutivo, perigoso, abandonado e esquecido. Os manicômios foram o dispositivo engendrado para dar conta dessa massa populacional que não convinha à cidade e a psiquiatria erigiu sua racionalidade como uma forma de cientificamente tornar-se guardião de uma verdade sobre essa população; e, assim, portar um direito de tratá-la em nome de um suposto bem estar comum: as cidades ficam protegidas dos loucos, e estes, protegidos da cidade. Fechar os manicômios e abrir casas na cidade foi uma forma de abalar uma estabilidade que tornava a loucura invisível para a população em geral e permitia que, por anos, fossem invisíveis também as atrocidades observadas por Basaglia quando visitou o Brasil no fim da década de setenta (NEDER, 2016, p. 6).

Em *O lugar da subjetividade no campo da medicina*, Giovanni Guerra (2010) realiza uma análise crítica da visão de saúde pelo campo da Medicina, que com frequência baseia-se tão somente no biologicismo. Sem desconsiderar a importância da Medicina, entretanto, o autor afirma:

A saúde tornou-se um assunto social e político, submetido ao controle público e confiado à expertise médica que irá assumir cada vez mais a função de controle do comportamento. A definição das condutas corretas é sugerida, ou de fato impostas por dados científicos, o que traz consigo uma espécie de homologação e conformismo por quais desaparecem a individualidade física e mental do sujeito. (GUERRA, 2010, n.p.).

Nesse sentido, o autor continua a questionar a comparação generalizada com padrões universais e sem levar em conta as individualidades e subjetividades “[...] Se com isso ganhamos do ponto de vista da saúde mensurada por indicadores específicos, universais, o que dizer sobre a vida vivida na singularidade de cada um?” (GUERRA, 2010, n.p.).

O sujeito se encontra, no determinismo inconsciente, freudianamente constituído por sua história e por seu dialeto, na ocasião da junção de fatos aleatórios e ainda assim necessários às exigências internas, em um lugar intersticial delimitado de um lado por esse “fator quantitativo resistente”. São a um só tempo fatos de linguagem e acontecimentos (GUERRA, 2010, n.p.).

Vale ressaltar que, na pesquisa sobre a Medicina de um ponto de vista antropológico e tecnológico, embora houvesse avanços tecnológicos na área da Medicina e da saúde, observa-se a contradição do olhar sobre os sujeitos, um distanciamento da perspectiva antropológica, tanto quanto mais tecnologia está associada.

Na história da medicina, ambos os componentes parecem jogar como os dois pratos de uma balança: o peso de um aumenta ou diminui mais ou menos quando o outro diminui ou aumenta. Sem dúvida, a medicina hipocrática tinha um componente antropológico muito forte e, ao mesmo tempo, um componente tecnológico fraco. O oposto ocorre na medicina atual, na qual uma tecnologia cada vez mais forte, eficaz e eficiente, corresponde a um interesse antropológico fraco. Como isso aconteceu? (GUERRA, 2010, n.p.).

Ao reconhecer a contribuição da medicina moderna, afirma-se que “Ninguém pode sonhar com um retorno a uma medicina mais “humana” ao custo da perda da sua eficácia” (GUERRA, 2010, n.p.) e mais ainda, a prática da psicologia, indo além dos sintomas biológicos não supre a necessidade de entender o sujeito como um ser completo e suas complexidades. Por isso:

[...] se consegue atribuir algum valor à psicologia (e através desta algum interesse pelo sujeito doente), é no sentido da expectativa de fornecer um suplemento de alma a uma medicina percebida como estando em risco, correndo o risco de se afastar muito do homem que ela cuida. Mas acrescentar algo de externo, algo que permanece heterogêneo, ou atribuir essa tarefa para os profissionais da "alma" não modifica em nada a prática médica (GUERRA, 2010, n.p.).

Vale destacar que a capacidade de adaptação dos seres humanos, que “[...] para cada espécie (e para cada indivíduo) o ambiente é algo diferente” (GUERRA, 2010, n.p.), pois,

Podemos dizer que o traço específico da espécie humana na construção do ambiente é sua capacidade simbólica, ou seja, a capacidade de dar sentido ao mundo, a suas experiências, relacionamentos, história, projetos, etc. Portanto, ocupar-se da saúde de um sujeito implica, inevitavelmente, ocupar-se de sua maneira de construir o seu ambiente, tentando determinar as restrições e limites, bem como as possibilidades. Se nos ocupamos da construção do ambiente humano, como separar um aspecto biológico de um aspecto psicológico? “A construção imaginária que o paciente produz espontaneamente para explicar o que lhe acontece” (Gori, 1997 p. 10) é algo fundamental para compreender sua maneira de adaptar-se ou de construir sua vida e seu ambiente (GUERRA, 2010, n.p.).

Em Guerra e paz (2017) Tolstói, aborda também a incapacidade da medicina em mensurar todas as doenças e problemas as pessoas em sua complexidade pode vir a ter, por isso ele afirma:

Cada pessoa nas têm suas peculiaridades e sempre tem a sua doença própria, nova, complicada, desconhecida pela medicina, não uma doenças dos pulmões, do fígado, da pele, do coração, dos nervos etc, catalogada pela medicina, mas uma doença que consiste numa das inúmeras combinações dos sofrimentos desses órgãos (TOLSTÓI, 2017, p. 799).

A psicóloga e escritora Grada Kilomba (2019) também traz entre as suas diversas pautas dentro dos traumas e racismo, nos aspectos pós-colonialismo, o lugar de fala, onde cada um se situa e expressa conforme o lugar que ocupa na sociedade e suas experiências. Ela, enquanto mulher negra, que ocupa certo lugar de “privilégio” social, vai fazer críticas à academia, por exemplo, enquanto um corpo que representa a exceção dentro de uma instituição reproduzindo a lógica dominante e racista: “Sendo assim, demando também uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo [...] pois, todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas - não há discursos neutros” (KILOMBA, 2019, p. 58).

Além da academia, que é um dos espaços nos quais se observa relatos frequentes de violência e ataques à nossa saúde mental, temos as próprias instituições de saúde e várias denúncias de violência, machismo e racismo da unidade básica até os atendimentos hospitalares, inclusive em hospitais psiquiátricos. Podemos destacar aqui também que, ao considerar as subjetividades e a individualidade dos sujeitos, podemos notar reações e/ou sentimentos semelhantes às diversas situações, como as de injustiça experienciadas com mais frequência por determinados grupos e de características específicas, como já sabemos. Além

disso, deve-se atribuir parte do desgaste físico e mental dos seres humanos à funcionalidade do sistema capitalista e realizar uma leitura crítica da imposição de normatividades.

#### **4.1 Saúde, racismo e gênero: as interferências do racismo e sexismo à saúde mental das mulheres negras**

Desde o primeiro capítulo desta pesquisa movemos esforços para demonstrar as formas e transfigurações da violência que o racismo e o sexismo trazem e suas influências no cotidiano das mulheres negras. A autora Lélia Gonzalez ressaltou a importância de ir além do discurso sócio-econômico ao qual muitas vezes é resumida a condição dessas mulheres e aprofundando suas reflexões em torno do debate da psicanálise, afirma:

As condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes índices de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do “lugar natural” de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edificios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (GONZALEZ, 1984, p. 232).

Considerando o sexismo e o racismo como um dos principais determinantes nos indicadores da condição de vida da mulher negra, deve ser levando em consideração também tais influências na saúde mental na história de vida dessas mulheres, sendo importante considerar as dificuldades que ainda estão presentes nesse setor, desde o acesso ao tratamento destinado a essas mulheres.

As ações discriminatórias produzem sofrimento psíquico, e que se expressam no dia a dia em sutis, pequenos ou grandes atos; os determinantes sociais (escolaridade, moradia, alimentação, acesso aos serviços de saúde) também estão relacionados com o racismo e, conseqüentemente, sofrimento psíquico (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p. 365).

No artigo *Personal-Level and Group-Level Discrimination and Mental Health: the Role of Skin Color*<sup>16</sup>, publicado no *Journal of Racial and Ethnic Health Disparities*, constatou-se que os maiores níveis de transtornos mentais comuns (TMC) foram diagnosticados em mulheres com mais experiências racistas ao longo da vida. A pesquisa foi feita com a contribuição de 1.130 mulheres inscritas no programa Mudanças Sociais, Asma e Alergia na América Latina (SCAALA) (FIOCRUZ, 2018). Para tanto, especifica-se que

No trabalho de campo, foram utilizados os instrumentos *Experiences of Discrimination (EOD)* e *SRQ-20* para identificar os denominados transtornos mentais comuns. Ambos os instrumentos têm sido validados para a língua portuguesa, no Brasil. Os resultados do questionário mostram que, de 38,3% das mulheres que afirmaram ter sintomas de (TMC), 8,5% disseram sofrer alto nível de preconceito e 41,6% demonstraram ter preocupações sobre discriminação. As mulheres que tiveram maior nível de TMCs, tiveram maior exposição a experiências de racismo. Também evidenciou-se que a relação entre TMCs e exposição ao racismo é mais concentrada em mulheres que se declararam de cor parda, seguidas pelas de cor negra e, por fim, do tom branco (FIOCRUZ, 2018, n.p.).

É necessário destacar ainda a associação biológica de transtornos mentais com a população negra em pesquisa realizada por Smolen e Araújo (2016) especificamente sobre a incidência de transtornos mentais na população negra brasileira. Afirma-se

Não existe uma relação biológica entre raça e saúde, então não tem uma base biológica para a associação entre raça e saúde mental<sup>31,32</sup>. A necessidade de estudar essa associação vem da necessidade de identificar as populações com a maior carga de transtornos mentais, assim será possível entender quem mais precisa de tratamento e entender os fatores de risco que vem do ambiente, do contexto, e da sociedade para, eventualmente, prevenir esses transtornos. Como a associação não é biológica, ela pode ser alterada. Se os fatores de risco ou fatores causais fossem identificados, eles poderiam ser prevenidos e a associação entre raça/cor e transtornos mentais poderia ser reduzida ou até eliminada (SMOLEN; ARAÚJO, 2016, p. 4026).

Das pesquisas utilizadas por Smolen e Araújo (2016) criou-se uma tabela para demonstrar os grupos sociais mais afetados por determinados transtornos, com base nas pesquisas de Anselmi *et al.* (2008) e Bastos *et al.* (2014), constatou-se maior prevalência em pessoas negras do que brancas. Em um dos estudos onde se considera a categoria parda a porcentagem se apresentou um pouco menor em relação as pessoas brancas.

<sup>16</sup> FATTORE, Gisel Lorena.; AMORIM, Leila Denise; SANTOS, Letícia Marques dos. *et al.* Personal-Level and Group-Level Discrimination and Mental Health: the Role of Skin Color. **J. Racial and Ethnic Health Disparities**, n. 5, p. 1033-1041, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40615-017-0451-0>. Acesso em: 1 jul. 2022

**FIGURA 2 – Prevalência de transtornos mentais comuns, segundo raça/ cor**

Estudos de Transtornos Mentais Comuns				<u>Razão de Prevalência</u>
Anselmi et al., 2008 <sup>23</sup>	Adultos jovens, 23-24 (n = 4285)	SRQ-20, ponto de corte ≥ 8 para mulheres, ≥ 6 para homens	<i>Homens:</i> Branca: 21.9% Negra: 26.9%* <i>Mulheres:</i> Branca: 30.0% Negra: 41.1%*	<i>Homens:</i> Negros: 1.18 (0.98-1.42) <i>Mulheres:</i> Negras: 1.25 (1.09-1.43)
Bastos et al., 2014 <sup>24</sup>	Estudantes de graduação (n = 424)	GHQ-12, ponto de corte ≥ 3	Branca: 37.0%; Parda: 32.8%; Preta: 51.6%	<u>Odds Ratio</u> Negra: 0.9 (0.5-1.4)

Fonte: reprodução de Smolen; Araújo (2016).

Outro estudo apresenta claramente a relação de transtornos mentais comuns em mulheres, baseados em característica sociodemográficas e o trabalho doméstico, o de autoria de Araújo, Pinho e Almeida (2005). Entre as principais características das entrevistadas na pesquisa (2.055) estavam entre a maioria: mulheres casadas ou em união estável (46,6%) com idade inferior a 41 anos (63,1%) e que se autodeclararam pardas (56,0%), dentre outros aspectos citados nos capítulos anteriores e que são importantes para manter uma qualidade de vida, foram analisados: baixo nível de escolaridade, baixo rendimento mental (onde a maioria (39,3%) recebia até e (18,6%) com menos que um salário, a maioria também eram mães. Além disso, levou-se em consideração também as ocupações de cada uma — trabalhadoras, desempregadas, aposentadas, donas de casa e chefes de família foram algumas das ocupações retratadas —, sendo as duplas e triplas jornadas de trabalho elementos importantes para análise da sobrecarga que o trabalho doméstico pode trazer para a vida delas (ARAÚJO; PINHO; ALMEIDA, 2005).

A ausência de apoio na realização das atribuições domésticas, levando à divisão desigual do trabalho, aparece estreitamente ligada à qualidade de vida, especialmente da saúde psíquica. Glass e Fujimoto,<sup>24</sup> por exemplo, observaram que a sobrecarga de trabalho doméstico, assim como do trabalho profissional, aumentava sintomas de depressão. Walters et al.<sup>25</sup> também constataram que demandas domésticas tiveram impacto negativo à saúde das mulheres estudadas. Neste estudo, os achados também apontaram que a prevalência de transtornos mentais comuns atingia patamares mais elevados entre aquelas que não recebiam nenhum tipo de auxílio na realização das atribuições domésticas no interior da família (ARAÚJO; PINHO; ALMEIDA, 2005, p. 345).

Esses fatos foram caracterizados por Silva e Chai (2018) como externos e internos, estando diretamente relacionados, no que diz respeito à saúde da mulher negra. Foram também apontados pelas autoras alguns exemplos, dentre eles:

No que consiste à construção dos fatores externos, estes são resultantes do menor nível de escolaridade, do baixo poderio econômico/financeiro, da ausência de oportunidades e desvalorização no mercado de trabalho, como exemplos. Em relação aos fatores internos, que são, em sua maioria consequências da ação dos agentes externos, destacam-se: a solidão da mulher negra, a maior taxa de fecundidade, a construção da baixa autoestima, e as cobranças sociais advindas, especialmente, do enquadramento da mulher negra nos estereótipos racistas e sexista (SILVA; CHAI, 2018, p. 998).

Face a essa realidade, a mulher negra é uma das parcelas sociais mais acometida pelos Transtornos Mentais Comuns (TCM)<sup>17</sup>, sendo possível atribuir em grande parte os diversos determinantes e indicadores relacionados ao racismo e ao sexismo. Visto que o conceito de saúde vai além da ausência de doenças e na busca de contemplar o ser em seus diferentes níveis — físico, mental e social — demanda-se ainda mais atenção da saúde para esses casos e essas pessoas em suas singularidades, muitas vezes ignoradas. Sendo assim, as mulheres negras encontram-se em um frequente processo de adoecimento, destacando-se dentre uma das principais parcelas da população a desenvolver os chamados TCM. Logo, as formas de violência às quais são submetidas as mulheres negras tornam-se caso de saúde pública, onde, na maioria das vezes, o Estado se mostra ineficiente em garantir os direitos destinados a essas mulheres, inclusive no acesso à saúde.

As características sociodemográficas, aqui associadas aos transtornos mentais psíquicos, também têm sido descritas em outros estudos de saúde mental,<sup>2,3,5,8</sup> revelando que determinadas características sociodemográficas (tais como baixa escolaridade, cor da pele negra/parda, ausência de um companheiro vivenciada na situação de viuvez ou divórcio e baixo nível de renda) encontram-se fortemente associadas ao adoecimento psíquico (ARAÚJO; PINHO; ALMEIDA, 2005, p. 345).

O artigo *Aspectos epidemiológicos das desigualdades raciais em saúde no Brasil*, de Dóra ChorClaudia e Risso de Araujo Lima (2005), afirma que diferente de outros setores sociais — como a educação, mercado de trabalho e justiça — no Brasil as desigualdades étnico-raciais têm sido pouco investigadas no campo da saúde, apesar da obviedades e diferenças socioeconômicas, sexuais, de gênero e raciais, que geram grande impactos neste setor desde a escravidão. Mesmo o Brasil sendo um país majoritariamente negro — um dos países com maior número de negros e afrodescendentes fora do continente africano.

---

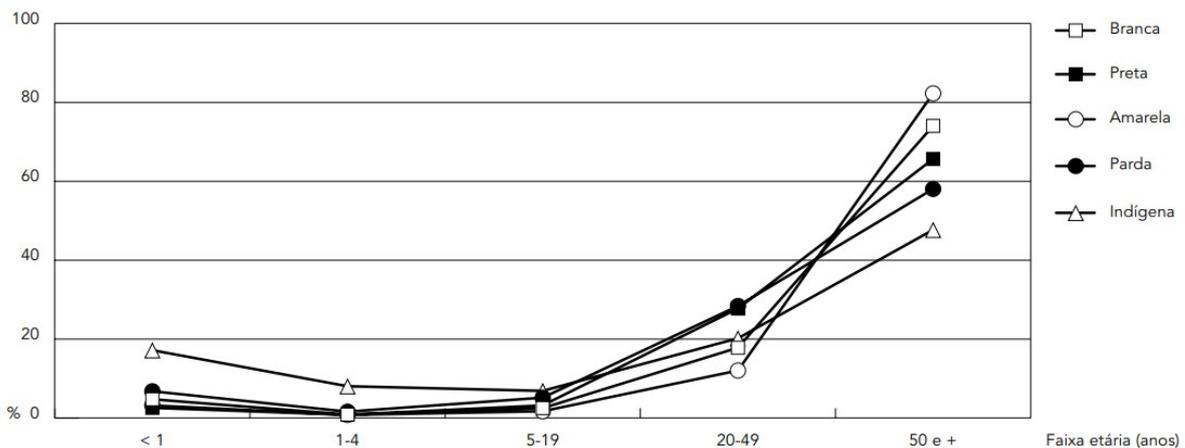
<sup>17</sup> Transtorno Mentais Comuns – TMC apresenta um conceito muito abrangente, entre alguns autores vão estar: a fadiga, insônia, fadiga, dificuldade de concentração, esquecimento, irritabilidade, por exemplo (JANSEN *et al.*, 2005 *apud* GOLDBERG; HUXLEY, 1992).

[...] A escravidão deixou suas marcas na posição social de sucessivas gerações da população negra. Quanto aos povos indígenas, também foram submetidos à escravidão (antes mesmo do tráfico negreiro), além de epidemias de doenças infecciosas que resultaram em grande mortalidade e desorganização social (CHOR; LIMA, 2005, p. 1586-1587).

É importante ressaltar ainda que somente entre os anos 1995 e 1996 é que a categoria raça/cor foi adicionado aos sistemas de saúde, sobre os registros de nascimento e morte, respectivamente, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) e Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), conforme os critérios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda assim, sabemos que são muitos os obstáculos para os estudos raciais de acordo com os registros de saúde; dois deles comumente citados na definição de raça e os problemas de classificação, afirmam Chor e Lima (2005).

Os piores indicadores de mortalidade, em termos de sua distribuição etária ou magnitude de causas evitáveis de óbitos (exemplo: mortalidade materna), são apresentados por pretos e indígenas. Além disso, a proporção de óbitos por causas mal definidas e também aqueles sem assistência médica podem ser considerados evidências das diferenças entre os grupos étnico-raciais, no que diz respeito ao acesso aos serviços de saúde e/ ou tratamento (CHOR; LIMA, 2005, p. 1587).

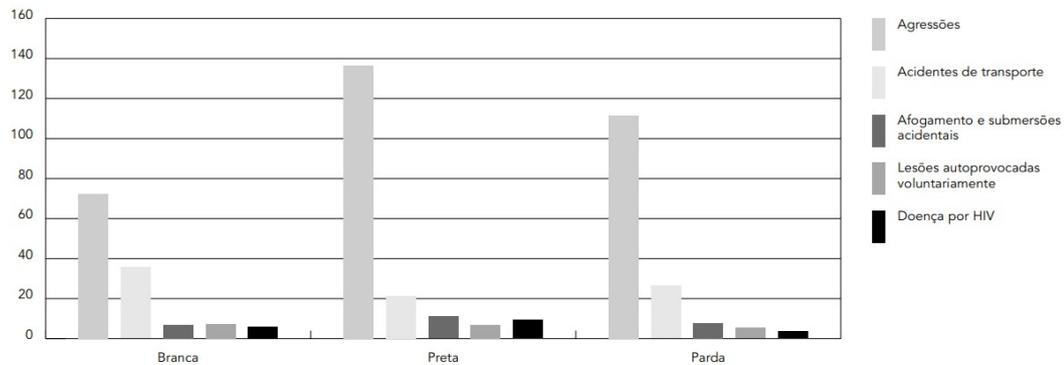
### GRÁFICO 3 – Mortalidade proporcional por idade segundo Raça. Brasil, 2001



Fonte: reproduzido de Chor; Lima (2005).

Os brancos, pretos e pardos apresentam números semelhantes em se tratando dos primeiros anos de vida; contudo, destacam-se os altos índices de mortalidade entre os jovens e adultos (de 20 a 49 anos), mostrando padrão distinto dos outros grupos. Vale ressaltar os indígenas, que têm um número maior de mortes nos primeiros anos de vida, e entre os autodeclarados amarelos, que têm uma vida mais longa, com 50 anos ou mais.

**GRÁFICO 4 – Taxas de mortalidade segundo raça, cinco primeiras causas. Homens, 15-29 anos de idade. Brasil, 2000**

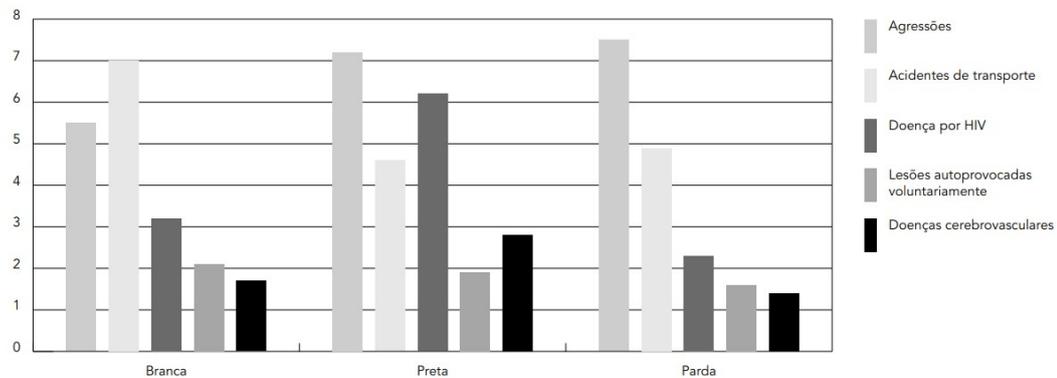


Fonte: reproduzido de Chor; Lima (2005).

É possível observar as diferenças nas formas de morte com base no sexo, considerando o padrão de homem e mulher. Os homens são as principais vítimas de morte por agressão, destacando ainda, que apesar de apresentar uma porcentagem semelhante, os homens pretos e pardos demonstram número mais elevado em se tratando de mortes violentas, seguindo como outras das principais causas de mortes entre o sexo masculino: acidentes de transporte; suicídios e doença por vírus da imunodeficiência humana (HIV); causas de morte que não demonstram tantas diferenças no que diz respeito aos critérios raciais.

Já entre as mulheres jovens, observa-se um número de mortes menor em comparação ao dos homens, conforme destacado pelas autoras Chor e Lima (2005), que consideram que o número de morte das mulheres pretas com HIV é duas vezes maior em comparação ao de mulheres pardas e brancas. Entre as mulheres de 40 a 69 anos estão entre as principais causas de mortes doenças cerebrovasculares (com maior incidência entre as mulheres brancas e pardas), hipertensão e diabetes (mais recorrente entre as mulheres pretas) e câncer de mama (com notificação de mais casos entre as mulheres brancas (28 por 100 mil) e seguido por mulheres pretas (22 por 100 mil), sendo menos recorrente entre as mulheres pardas). O gráfico abaixo demonstra esses dados considerando mulheres jovens, de 15 a 29 anos.

**GRÁFICO 5 – Taxas de mortalidade segundo raça, cinco primeiras causas. Mulheres, 15-29 anos de idade. Brasil, 2000**



Fonte: reproduzido de Chor; Lima (2005)

O que esses dados demonstram é que as desigualdades adoecem e matam pessoas, devendo ser considerados os marcadores sociais que as colocam em posições diferentes. Dessa forma, pode-se dizer que: “[...] há evidências de que diferenças sócio-econômicas, que se acumulam ao longo da vida de sucessivas gerações, constituem explicação fundamental – embora não exclusiva – para as desigualdades étnico-raciais em saúde no Brasil e em outros países” (CHOR; LIMA, 2005, p. 1592). Chor e Lima (2005) retratam ainda os indicadores socioeconômicos de mulheres negras e norte-americanas, bem como as diferenças causadas por essas desigualdades que, apesar da redução apresentada desde 1995, em uma década observa-se ainda os riscos existentes, expressos nos dias atuais através de como são nítidos e ainda mais acentuados em períodos epidêmicos e de crises no setor da saúde, por exemplo.

O ajuste estatístico por indicadores de condições materiais de vida reduziu, mas não eliminou essas diferenças, demonstrando que não explicam totalmente o excesso de risco. Nos Estados Unidos, em 1995, os filhos de mulheres negras apresentaram maiores taxas de mortalidade infantil e baixo peso ao nascer do que os filhos de mulheres brancas. Estratificando-se pela escolaridade materna, as diferenças raciais persistiram e apresentaram padrão inesperado, já que, no estrato de maior escolaridade, observou-se a maior diferença entre mães brancas e negras. Assim, comparando-se negras e brancas com nível secundário incompleto, a mortalidade infantil foi duas vezes maior entre as negras; no caso das mulheres com curso universitário completo, essa diferença foi três vezes maior (CHOR; LIMA, 2005, p. 1592).

Sabe-se ainda, como também é ressaltado por Chor e Lima (2005), que grande parte dos resultados dessas desigualdades encontram-se na discriminação racial, agravando as desigualdades étnico-raciais inclusive na saúde. Sendo assim,

[...] a desvantagem econômica e social seria um dos mecanismos através do qual a discriminação contribui para as desigualdades raciais de saúde. A maior exposição a substâncias tóxicas em ambientes menos saudáveis, a assistência à saúde inadequada ou degradante e as experiências diretas de atos ou atitudes de discriminação seriam outros meios pelos quais a discriminação racial exerceria seu impacto nessas desigualdades (CHOR; LIMA, 2005, p. 1592).

Entre os exemplos mais conhecidos e trazidos pelos autores está também uma das doenças mais comuns entre a população negra, a hipertensão arterial, que pode ter ligação direta com o estresse crônico, as condições materiais de vida e as relações de discriminação. No atendimento à saúde em que ocorre discriminação pode, inclusive, retardar o diagnóstico ou não manter um controle adequado, como bem disse Maria Inês Barbosa:

[...] a maioria das doenças que atinge a população negra é a mesma que atinge a maioria da população em geral. O que diferencia é seu perfil mais crítico de saúde, recorrente a diferentes contextos históricos, recorrência esta pautada na discriminação, no racismo e na negação de direitos (BARBOSA, 1998 *apud* VIEIRA, 2022, n.p.).

Logo, o que se pode analisar é que, ligados ao racismo e ao sexismo, temos determinados vários outros fatores intrinsecamente interligados, alguns já apontados aqui — como o baixo poder aquisitivo (um dos principais condicionantes para se ter acesso a uma vida digna e de qualidade na sociedade de classe). Ligado a esse fato temos o baixo nível de escolaridade, lazer, oportunidades no mercado de trabalho, moradia precária, tornando óbvio o impacto negativo de tais fatores não só na saúde física (como demonstrados nos gráficos da pesquisa de Chor e Lima (2005), visto que o conceito de saúde é determinado como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social”. Por isso é necessária a atenção à saúde psíquica das pessoas que sofrem diversos tipos de violência cotidianamente e a criação de mais políticas públicas destinadas à parte da população, a partir dos dados já obtidos, inclusive sobre transtornos mentais existente e seus motivos mais comuns entre as pessoas em condições de vida e características físicas semelhantes.

#### **4.1 Saúde mental, políticas públicas e o Princípio da Equidade: “Não fecha a conta, a cota é pouca e o corte é fundo” (Xênia França)**

A importância dos direitos e políticas efetivas destinadas às mulheres e à população negra é inegável, no entanto, ainda são insuficientes e pouco efetivadas na realidade da vida dessas pessoas. Logicamente, isso ocorre devido às interferências da lógica social do sistema

capitalista (leia-se também racista, sexista). A determinação do acesso à saúde para todos deve ir além da formalidade posta pela Constituição Federal do Brasil.

Observam Silva e Chai (2018):

Ao ser debatido a inclusão e acompanhamento das políticas voltadas à saúde mental da mulher negra, é preciso, além das palavras, ações que modifiquem o atual panorama e ratifiquem o compromisso com a mulher, independente da sua orientação sexual e da sua cor. O racismo e o sexismo devem ser combatidos de forma atuante e incessante, pois estão causando consequências não só na construção de políticas públicas, quanto na aplicabilidade destas, algo que só põe a saúde da população negra em maior fragilidade (SILVA; CHAI, 2018, p. 1000).

As rígidas formas de discriminação das mulheres negras formam grandes barreiras que ainda precisam de adequações na saúde, na medida em que tais políticas precisam ser levadas a sério, assim como o racismo e o sexismo devem ser vistos a partir dos seus impactos e consequências na vida das pessoas, sobretudo nas vidas das mulheres negras, compreendendo a urgência da superação desses preconceitos.

A constituição Federal brasileira (1988) determina a saúde como “[...] direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988). Visto que o conceito de saúde vai além da ausência de doenças e a busca de contemplar o ser em seus diferentes níveis (físico, mental e social), demanda-se ainda mais atenção da saúde para esses casos e essas pessoas em suas singularidades, muitas vezes ignoradas. Além disso, sendo evidentes as falhas no acesso igualitário à saúde pública, faz-se necessária a criação de políticas que contemplem e abranjam um maior contingente de pessoas. Temos como exemplo a Política de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN).

A PNSIPN foi instituída pelo Ministério da Saúde em 2009, através da Portaria GM/MS nº 992, buscando a diminuição das desigualdades e discriminação étnico-racial dentro dos serviços e atendimentos de saúde, sugerindo o cumprimento de um dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS): a equidade. Apresentamos na seção 3.1, principalmente a partir dos dados da pesquisa de Chor de Lima (2005), que

[...] a maioria das causas de doenças e desigualdades em saúde tem raízes, principalmente, em fatores como: condições em que a pessoa nasce, trajetórias familiares e individuais; desigualdade de raça, etnia, sexo e idade; local e condições de vida e moradia; condições de trabalho, emprego e renda; acesso à informação e aos bens e serviços potencialmente disponíveis (BRASIL, 2011 *apud* CONCEIÇÃO; RISCADO, 2017, p. 23).

Sendo assim, registrada a insuficiência de políticas já instituídas, a PNSIPN passa a ser uma das mais objetivas políticas no que se refere ao combate às desigualdades na saúde, através inclusive da educação permanente em saúde (RESOLUÇÃO nº 2/2014, art. 3º, inciso III), necessária para o aperfeiçoamento profissional.

Essa política, portanto, assinala caminhos para uma vivência da equidade levando a superação e/ou diminuição das desigualdades sociais, com a sensibilização dos profissionais envolvidos, gestores e professores na busca de criação de espaços permanentes de debates da temática dentro do contexto da educação e saúde e as relações étnico- raciais (TRAD *et al.*, 2012 *apud* CONCEIÇÃO; RISCADO, 2017, p. 23).

Vale ainda ressaltar na mesma Resolução que institui o plano operacional da PNSIPN, em seu artigo 2º, as considerações necessárias para além da condição de raça, somente assim sendo possível a efetivação do princípio da equidade, também de uma perspectiva interseccional:

Art. 2º Esta Resolução tem como objetivo estabelecer estratégias de aplicação da PNSIPN, para garantir o acesso da população negra a ações e serviços de saúde de qualidade, de forma oportuna e humanizada, contribuindo para a melhoria das condições de saúde da população negra, para a redução das iniquidades de raça, gênero, geracionais e de classe, bem como para a promoção da qualidade de vida de brasileiras e brasileiros (BRASIL, 2014).

Além de destacar as determinações da Constituição Federal de 1988, o SUS e as políticas complementares para garantia de direito da população brasileira, é necessário destacar a perspectiva de cuidado com a saúde mental atual. Dentro das mudanças positivas em lidar com a saúde mental está a diminuição de leitos em hospitais psiquiátricos e a criação de Serviços Residenciais terapêuticos para garantir os direitos das pessoas que vem sendo excluídas da sociedade há anos, permanecendo presas em manicômios. Os serviços residenciais terapêuticos são casas que geralmente contam com de três a quatro quartos distribuídos em diferentes bairros de um município, podendo ser exclusivamente masculinos, femininos ou mistos (NEDER, 2016, p. 5).

[...] Os Serviços Residenciais Terapêuticos brasileiros foram criados como forma de enfrentamento desse problema e têm como proposição central realizar a inserção do usuário na rede de serviços, organizações e relações sociais da comunidade. Ou seja, a inserção em um SRT é o início de longo processo de reabilitação que deverá buscar a progressiva inclusão social do morador” (NEDER, 2016, p. 7).

Contudo, vale ressaltar que ainda “Hoje em dia lutamos contra a exclusão da loucura em instituições fechadas e apartadas da sociedade, e apostamos na ideia do restabelecimento da condição de cidadania como meio de inclusão” (NEDER, 2016, p. 7). Porém, por mais que os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) tenham apresentado algum avanço em relação aos manicômios, estão longe de romper com o ideal de normalidade e o pensamento conservador quanto à loucura e as pessoas em processo de adoecimento mental. Desse modo, permanece uma “liberdade restrita” diante dos moldes possíveis dessa sociabilidade e ainda assim a luta antimanicomial nunca foi tão necessária, visto que nos últimos anos temos observado diversos ataques e cortes à política atual de saúde mental. “Estão sob risco, por exemplo, o programa anual de reestruturação da assistência psiquiátrica hospitalar no SUS, o Consultório na Rua; o Serviço Residencial Terapêutico e a Comissão de Acompanhamento do Programa De Volta para Casa” (GIMENES, 2020, n.p.), além da proposta de tratamentos violentos, como o uso de eletrochoques e o retorno dos manicômios como pautas do governo vigente (FIGUEIREDO, 2019), um retrato do desrespeito à democracia e aos direitos conquistados nas últimas décadas e sinônimo de possível retrocesso e desrespeito à condição humana.

Portanto, ainda vale ressaltar algumas modificações necessárias para o cuidado da saúde mental das pessoas, em específico da população negra. São sugeridos para o sistema de saúde, além da formação contínua de seus profissionais, especificamente com um olhar mais voltado para as questões de raça e gênero, destacando-se:

[...] a contratação e acessibilidade aos profissionais negros no ambiente de atendimento público de saúde. (SILVA, 2009). Além disso, melhorar os Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS), ampliando a sua atuação e disponibilizando um atendimento mais próximo das pessoas em situação de sofrimento mental. Englobando, desse modo, os mais diversos públicos da sociedade ao atendimento acessível e gratuito do SUS (SILVA; CHAI, 2018, p. 1001).

Contudo, vale lembrar que embora conquistas de direitos sejam positivas em certa medida, continuam a se adaptar aos moldes da sociedade capitalista, caindo na formalidade do que está posto em leis e o que é efetivamente oferecido para a população. Além disso, podemos afirmar que quando negados os direitos necessários ao acesso à saúde e a uma vida digna, há uma parcela que está e estará sempre mais vulnerável na lógica do sistema e pelas desigualdades por ele criadas. Sendo assim, pouco importa a vida dessas pessoas, que para eles são facilmente substituídas, movimento pelo qual o capital acaba se sobrepondo. No mais, observa-se ainda que as relações sociais não compreendem a complexidade humana, em

termos de restrição a binômios como “Saúde *versus* doença”, “normalidade *versus* loucura” — tentativas de encerrar em polaridades toda a complexidade da experiência, pois a capacidade humana é imensurável e nossa realidade limitadora de potencialidades.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância desse trabalho se faz a partir da concepção de saúde, de uma abordagem biopsicossocial em que todos os aspectos descritos ao longo do texto (violências, discriminação, dificuldade no acesso ou não efetivação de direitos) podem resultar no surgimento ou na manutenção do sofrimento mental das mulheres negras. As interferências das formas de preconceito de gênero e raça se manifestam das mais variadas formas de violência e afetam a nossa saúde como todo. Aqui observamos que o racismo e o sexismo se adaptam aos mais variados contextos históricos e estruturas sociais, mesmo que resguardando suas especialidades na “democracia” brasileira.

Sendo assim, no primeiro capítulo é acentuado o imaginário social de um país que se estrutura a partir de um capitalismo periférico e dependente e que não abandona seu caráter colonialista e, contraditoriamente, é majoritariamente constituído por mulheres negras. Como resultado dessa formação social, apontamos no segundo capítulo as implicações de raça e gênero, inclusive dentro de movimentos contra essas opressões, especificando o feminismo (como movimento “universal” (MM), o movimento negro (MN) e o Feminismo Negro.

Temos um país no qual se destina os piores lugares para as mulheres, que lidam diariamente com a falta de moradia, saneamento básico, poder econômico, violência policial, violência doméstica, baixo nível de escolaridade, poucas oportunidades no mercado de trabalho e baixa expectativa de vida, gerando inseguranças e vulnerabilidades. Cenário que, sem dúvidas, vai afetar negativamente a saúde psíquica dessas pessoas, que terão de sobreviver sob constante pressão das demandas do sistema capitalista diante das condições desiguais para cada pessoa, impostas para alguns pelo mesmo sistema.

Como resultado dessa equação, temos as mulheres negras, a resposta complexa das implicações e intersecções possíveis entre raça, sexismo e saúde mental sendo uma das mais relacionadas aos estudos de transtornos mentais comuns (TMC), ressaltando que o interesse pela saúde psíquica — especificamente a saúde psíquica das mulheres negras —, ainda é um fato muito recente, mas que tem aumentando nos últimos tempos.

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** Entrevistada por: Carla Batista. 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-interseccionalidade>. Acesso em: 30 jun. 2021.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ARAÚJO, Tânia Maria de; PINHO, Paloma de Sousa; ALMEIDA, Maura Maria Guimarães de. Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sociodemográficas e o trabalho doméstico. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 5, n. 3, p. 337-348, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-38292005000300010>. Acesso em: 5 jul. 2022.
- ATTORE, G.L., AMORIM, L.D., dos Santos, L.M. *et al.* Personal-Level and Group-Level Discrimination and Mental Health: the Role of Skin Color. **J. Racial and Ethnic Health Disparities**, 5, p. 1033-1041, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40615-017-0451-0>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: a experiência Vivida**. 2. ed: São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Resolução nº 2**. Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no âmbito do Sistema Único de Saúde. 2014. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2014/res0002\\_02\\_09\\_2014.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2014/res0002_02_09_2014.html). Acesso em: 30 jun. 2022.
- CHOR, Dóra; LIMA, Claudia Rizzo de Araujo. Aspectos epidemiológicos das desigualdades raciais em saúde no Brasil. **Cadernos Saúde Pública**, v. 21, n. 5, 2005. Disponível em: [https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource\\_ssm\\_path=/media/assets/csp/v21n5/33.pdf](https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v21n5/33.pdf). Acesso em: 26 abr. 2022.
- CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.
- CLEMENTE, Flávia da Silva. **Novas manifestações de racismo e sexismo contra mulheres negras e contra discursos das ativistas digitais**. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34218>. Acesso em: 14 mar. 2022.
- CONCEIÇÃO, Maria Cristina da; RISCADO, Jorge Luís de Sousa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra Sinergias e Singularidades. *In*: RISCADO, Jorge Luís. **Raça, racismo e práticas de saúde: ensaios, reflexões e ações, para a implementação da PNSIPN**. Maceió: ADUFAL, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. A urgência da interseccionalidade. **TEDWomen 2016**, outubro de 2016. Disponível em:  
[https://www.ted.com/talks/kimberle\\_crenshaw\\_the\\_urgency\\_of\\_intersectionality?language=pt](https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt)  
 . Acesso em: 1 jul. 2022.

CRISTAL. **No Role Modelz**. MDN Beatz. 2020. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=KmOZIUpAf7U>. 1 vídeo (2 min.). Acesso em: 3 jul. 2022.

CRUZ, César Albenes de Mendonça. Sobre as origens da teoria marxista da dependência (TDM). ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES DE SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 16., 2018, Vitória (ES). **Anais [...]**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22494/14991>. Acesso em: 28 jun. 2021.

EMICIDA. **Boa Esperança**. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2015. Disponível em:  
<https://open.spotify.com/track/2v3FdNAsIe9rh62DOb4ZlZ?si=980512e0dfcf40f7>. Acesso em: 27 jun. 2022.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Hucitec, 1976.

FERREIRA, Verônica. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. In: CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social. Prefácio**. São Paulo: Cortez, 2018

FIGUEIREDO, Cecília. Governo Bolsonaro incentiva eletrochoques e propõe a volta dos manicômios. **BrasildeFato.com.br**, Brasília, 8 fev. 2019, 17:02. Disponível em:  
<https://www.brasildefato.com.br/2019/02/08/governo-bolsonaro-incentiva-eletrochoques-e-propoe-a-volta-dos-manicomios>. Acesso em: 1 jul. 2022.

FIOCRUZ BAHIA. Mulheres expostas ao racismo têm mais chance de desenvolverem transtornos mentais. **Portal.Fiocruz.br**, 26 mar. 2018. Disponível em:  
<https://portal.fiocruz.br/noticia/mulheres-expostas-ao-racismo-tem-mais-chance-de-desenvolverem-transtornos-mentais> Acesso em: 1 jul. 2022.

FONTES, Leonardo. Maioria da população brasileira é negra e feminina mas é governada por homens e brancos. **EcoDebate.com.br**, 2021. Disponível em:  
<https://www.ecodebate.com.br/2021/10/14/maioria-da-populacao-brasileira-e-negra-e-feminina-mas-e-governada-por-homens-e-brancos>. Acesso em: 11 abr. 2022.

GIMENES, Erick. Cortes em programas de saúde mental reacendem lógica de manicômios, diz pesquisadora. **BrasildeFato.com.br**, Brasília, 7 dez. 2020, 20:07. Disponível em:  
<https://www.brasildefato.com.br/2020/12/07/cortes-em-programas-de-saude-mental-reacendem-logica-de-manicomios-diz-pesquisadora>. Acesso em: 1 jul. 2022.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher. In: ENCONTRO NACIONAL DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 8., Pittsburgh, 1979. Disponível em:

[https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/cultura\\_etnicidade\\_e\\_trabalho.pdf](https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/cultura_etnicidade_e_trabalho.pdf)  
Acesso em: 9 jul. 2022.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, 1984, p. 223-244.

HOOKS, bell. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**, ano 3, n. 2, p. 464-478, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/16465-50747-1-PB.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional de saúde – 2013: ciclos de vida – Brasil e grandes regiões**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94522.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.] **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_retradodesigualdade\\_ed4.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_retradodesigualdade_ed4.pdf)  
Acesso em: 04 de agosto de 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de Racismo no cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAIZA, Caroline; ANDRADE, Carolina. Questões introdutórias da interseccionalidade. **Instagram.com**, 2 jan. 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CKjq3fDpgvF>. Acesso em: 1 ago. 2022.

LEITURA OBRIGAHISTORIA. História do feminismo: história, vertentes e objetivos de um movimento - História FM, episódio 25. 2021. 1 vídeo (60 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AuqLjTDApe8>. Acesso em: 22 set.2021.

MAZZINI, Mariana Marcondes. *et al.* **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vidas das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: [http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&id=20978](http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=20978). Acesso em: 13 abr. 2022.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

NADER, André Ricardo. Manicômios, prisões e liberdade: entre o pessimismo da razão e o ideal de igualdade. **Lacuna**, São Paulo, n. 1, p. 1, mai. 2016. Disponível em: <https://revistalacuna.com/2016/05/22/manicomios-prisoas-e-liberdade>. Acesso em: 30 jun. 2022.

OLIVEIRA, Jarbas R. *et al.* **Saúde mental da população negra: considerações a partir de uma experiência**. In: RISCADO, Jorge Luís Souza; Fernandes, Saulo Luders (Org.). **Raça, Racismo Institucional, Ensino e Práticas na Saúde: ensaios, reflexões e ações, para implementação da PNSIPN**. Maceió: Edufal, 2017.

ORTEGAL, Leonardo. **Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora**. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 133, set./dez. p. 413-431, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.151>. Acesso em: 14 nov. 2020.

OXFAM BRASIL. Mulheres negras e pandemia: reflexões sobre raça e gênero. **Oxfam.org.br**, 8 out. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/mulheres-negras-e-pandemia>. Acesso em: 11 abr. 2022.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>. Acesso em: 24 nov. 2021.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA (ALACIP), 5., 2019. **Anais [...]**. Monterrey: Associação Latino-americana de Ciência Política, 2019. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2022.

QUEBRANDO O TABU. **Chimamanda Adichie fala sobre feminismo**. 15 set. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/quebrandootabu/videos/216417012565961>. Acesso em: 17 out. 2021.

RIBEIRO, Martilde. **Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing**. **Estudos Feministas**, ano 3, n. 2, p. 446-457, 1995.

RIOS, Flavia. **O que é interseccionalidade e qual sua importância para a questão racial? | Nexo Políticas Públicas**. 2020. 1 vídeo (8 min.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PVO4CQVIPPE>. Acesso em: 30 jun. 2021.

SMOLEN, Jenny Rose; ARAÚJO, Edna Maria de. Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 12, p. 4021-2030, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/RJbPdTCPbgSFcMpMYjhb8Fv/?lang=pt&format=pdf#:~:text=Sintomas%20de%20depress%C3%A3o%20foram%20vistos,brancos%20que%20em%20brancos%20C22>. Acesso em: 6 jul. 2022.

SANTANA, Alícia Palmeira da Silva; SANTANA, Jucimara Macedo; JÚNIOR, José Miranda Oliveira. “Feminismos: delas para todes” - um estudo sobre as vertentes do movimento feminista a partir da experiência da construção de um material pedagógico. *In*: VIII SEMINÁRIO NACIONAL IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E PRÁXIS EDUCACIONAL, 2021, Bahia. **Anais [...]**. Bahia: UESB, 2021. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/view/9589>. Acesso em: 7 mar. 2022.

SANTOS, Diego Junior da Silva. *et al.* Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental Press Journal of Orthodontics**, v. 15, n. 3, p. 121-124, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2176-94512010000300015>. Acesso em: 2 jun. 2022

SANTOS, Genilda. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 16, p.31-48, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/bXgPpjfNGXzK8J5WV3JjjYS>. Acesso em: 9 set. 2021.

SILVA, Imaíra Pinheiro de Almeida da; CHAI, Cássius Guimarães. As relações entre racismo e sexismo e o direito à saúde mental da mulher negra brasileira. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, p. 987-1006, 2018. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9830/5784>. Acesso em: 12 jul. 2022.

JANSEN, Karen. *et al.* Transtornos mentais comuns e qualidade de vida em jovens: uma amostra populacional de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 440-448, 2011. Universidade Católica de Pelotas: 2005. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2011.v27n3/440-448/pt/#ModalArticles>. Acesso em: 5 jul. 2022.

TV BOITEMPO. **Raça, gênero e classe: coalizões políticas**. 1 vídeo (5 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i12FyjinY9k>.

VIEIRA, Lidiane. **Saúde da População Negra**. Programa de pós-graduação em Ensino na saúde mestrado profissional - UFRGS. Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/populacaonegra/pnsipn/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 263-288, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Hxj4PcSwZGZQzfTRgHpGCbC>. Acesso em: 9 jul. 2021.